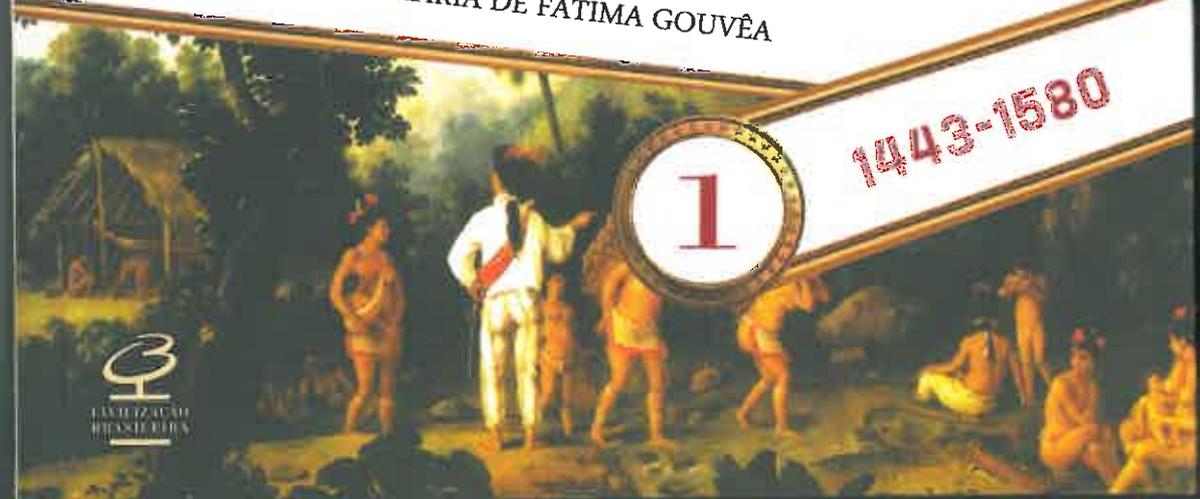


*Coleção* **O BRASIL COLONIAL**

ORGANIZADORES: JOÃO FRAGOSO &  
MARIA DE FÁTIMA GOUVÊA

**1443-1580**

**1**



ko 2  
 ravs africanos para as Américas,  
 a, de acordo com as áreas  
 ativos, 1501-1866

| 1-1700 | 1701-1800 | 1801-1866 | Totais     |
|--------|-----------|-----------|------------|
| 639    | 6.255     | -         | 10.798     |
| 981    | 5.239     | -         | 8.860      |
| 956    | 358.845   | 93.581    | 472.381    |
| 147    | 295.482   | 78.117    | 388.747    |
| 5.117  | 2.139.820 | 218.475   | 2.763.411  |
| 0.476  | 1.813.323 | 194.452   | 2.318.252  |
| 356    | 1.178.519 | 99.549    | 1.328.422  |
| 685    | 995.133   | 86.397    | 1.120.216  |
| 5.980  | 339.559   | 28.654    | 514.192    |
| 4.158  | 295.215   | 25.355    | 444.728    |
| 610    | 81.801    | 25.455    | 129.867    |
| 146    | 68.608    | 22.244    | 108.998    |
| 301    | 175.438   | 860.589   | 1.591.245  |
| 504    | 145.533   | 752.505   | 1.292.912  |
| 361    | 2.210.930 | 2.376.141 | 5.532.118  |
| 456    | 1.989.017 | 2.061.625 | 4.864.374  |
| 312    | 3.451     | 171.137   | 178.901    |
| 122    | 2.317     | 150.130   | 155.569    |
| 5.631  | 6.494.619 | 3.873.580 | 12.521.336 |
| 2.676  | 5.609.869 | 3.370.825 | 10.702.656 |

Stephen; Florentino, Manolo. *The trans-atlantic*  
 .edu:9090

CAPÍTULO 6 A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625)

Mafalda Soares da Cunha\*

Caracterizar a Europa que atravessa o Atlântico para paragens do Novo Mundo até cerca de 1625 não é tarefa fácil. As razões são variadíssimas, sendo que algumas delas se prendem diretamente ao próprio sujeito enunciado. Outras decorrem da exiguidade ou tipologia das fontes documentais disponíveis. Não obstante, muito se escreveu sobre o início do processo de povoamento do Novo Mundo. Os autores da época fizeram-no e embora tais relatos não tenham desaparecido totalmente ao longo dos séculos XVII e XVIII, foram retomados pela historiografia oitocentista e novecentista com recrudescido vigor. As perspectivas e lógicas narrativas variaram, evidentemente. Já no século XX, a investigação e a publicação de fontes arquivísticas sustentaram importantes estudos para esse período, como os da obra coletiva coordenada por Carlos Malheiro Dias,<sup>1</sup> os de Gonsalves de Mello ou de Jaime Cortesão, que têm tido continuação no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil. E a mais recente tendência para a disponibilização na internet de fundos de arquivos com resumos documentais e de artigos de revistas

\*Professora do CIDEHUS. Universidade de Évora.

facilita muitíssimo a reunião de informação pertinente. Em qualquer caso, as fontes são lacunares, pelo que exigem um atento e sempre moroso trabalho de cruzamento de informação de origem muito variada.

Quanto ao tema. Por Europa presumem-se os europeus, ou seja, os naturais do continente europeu, mas, subentendem-se também os modelos culturais que com eles se trasladaram. E, logo aqui, emerge um feixe intrincado de questões e problemas estreitamente correlacionado com a própria natureza dos conceitos de naturalidade e identidade vigentes no quadro político do século XVI. Recuperar taxinomias assentes em filiações nacionais inteligíveis nos últimos dois séculos pode simplificar de forma errônea as dinâmicas políticas e sociais daquelas épocas, subsumindo teleologicamente a diversidade em categorias identitárias enganadoras. Mesmo a utilização cômoda dos vocábulos "monarquias" ou "Estados dinásticos" pode ser traiçoeira. Afinal, sob a tutela de um mesmo monarca coexistiam frequentemente agregados territoriais dotados de tradições, direitos, usos e privilégios que garantiam a sua irreduzível especificidade. E, até dentro de cada um desses reinos, ducados, condados ou províncias as dinâmicas sociais e políticas nem sempre eram homogêneas, pelo que a compreensão rigorosa das motivações para a partida ou para a circulação deve inscrever-se no conhecimento concreto das comunidades políticas da época. Assim, se o conceito de portugueses pode fazer sentido, não faz certamente o de espanhóis, italianos ou até franceses, sendo muito preferível o uso de castelhanos, galegos, aragoneses, catalães, florentinos, genoveses, venezianos, normandos, bretões, picardos ou até os de Ruão, de Nantes, de Lyon, de Dieppe, de la Rochelle...

Atravessar o Atlântico, eis outra proposição complexa. Pressupõe de forma clara uma circulação oceânica, mas não expressa necessariamente a orientação. Mesmo se se quiser simplificar a análise considerando que o vocábulo atravessar pressupõe uma orientação leste-oeste entre as margens do Atlântico, há que considerar pelo menos duas orientações nesses cruzamentos atlânticos, ou seja, da Europa para destinos vários — Novo Mundo, para as ilhas atlânticas, para a África e ainda ponto de

informação pertinente. Em qualquer que exigem um atento e sempre modificação de origem muito variada. resumem-se os europeus, ou seja, os seus, subentendem-se também os modelos. E, logo aqui, emerge um feixe estreitamente correlacionado com a naturalidade e identidade vigentes

Recuperar taxinomias assentes em últimos dois séculos pode simplificar políticas e sociais daquelas épocas, diversidade em categorias identitárias e moda dos vocábulos "monarquias" e traiçoeira. Afinal, sob a tutela de frequentemente agregados territoriais e privilégios que garantiam a sua proteção de cada um desses reinos, ducados, leis sociais e políticas nem sempre a apreensão rigorosa das motivações deve inscrever-se no conhecimento da época. Assim, se o conceito de europeu faz certamente o de espanhóis, português, preferível o uso de castelhanos, genoveses, venezianos, normandos, de Ruão, de Nantes, de Lyon, de

posição complexa. Pressupõe de mais não expressa necessariamente a simplificar a análise considerando que a orientação leste-oeste entre as regiões pelo menos duas orientações, da Europa para destinos vários, mas, para a África e ainda ponto de

passagem em direção ao Oriente — e desses destinos vários de regresso à Europa. Serão os fluxos dominantes, certamente, aqueles que podem ser mais bem verificados pelos registros documentais das unidades políticas constituídas. Mas, mesmo aí, o tipo de fonte esconde muitas vezes as idas e vindas dos mesmos sujeitos, não distingue passageiros de tripulação e não refere quantos dos que arribaram voltaram a seguir viagem, para citar apenas alguns dos problemas. Tais situações empolam os números, pelo que esses não devem ser lidos senão como aproximações possíveis e a sua análise senão como interpretações plausíveis. Acresce que foram também os dados sobre os europeus em direção aos novos territórios os que a(s) historiografia(s) mais privilegiou(aram), visto que foi em torno desse tipo de informação que se estabeleceu boa parte das ortodoxias interpretativas dominantes sobre os processos de ocupação colonial. No entanto, as reorientações historiográficas das últimas décadas subverteram significativamente essas perspectivas de análise e apresentam-nos hoje realidades muito mais complexas, enfatizando não só a pluralidade quanto a diversidade dos movimentos de circulação na época. Oceânica e não só.

Com efeito, a movimentação de gentes através do Atlântico não tinha apenas a Europa como ponto de partida e de chegada ao continente americano ou a ilhas atlânticas. As travessias faziam-se em variadas direções dentro do espaço atlântico, algumas voluntárias, mas muitas delas fruto de acasos, de contingências e da pulverização de microestratégias particulares.<sup>2</sup> Mesmo tomando como objetivo último a explicação das motivações e a caracterização social dos povoadores da primeira fase do Brasil colonial, há que entrar em linha de conta com esse feixe múltiplo de circunstâncias, pois adquirem uma capacidade explicativa que, a meu ver, deve ser analisada em simultâneo com as iniciativas desenhadas pelas autoridades monárquicas. Não se trata de minorar o papel impulsionador dos centros políticos, trata-se tão só de devolver às sociedades europeias dessas épocas o seu caráter menos regulado, menos previsto e eminentemente mais casuístico e plural dos processos de decisão que condicionaram o devir histórico.

Esse programa de análise se beneficia, evidentemente, de um *corpus* historiográfico já denso que tem vindo conceitualizar (e complexificar) os estudos coloniais. "Atlantic History", "World History", "Global History" convergiram nas últimas décadas no imperativo de criar espaços de análise independentes das fronteiras nacionais contemporâneas para explicar o que muito anteriormente outros autores atlantistas tinham designado por "desencravamento planetário" (P. Chaunu) e que constituem contributos fundamentais e tantas vezes esquecidos.

Os estudiosos do Império britânico (muito em particular os historiadores americanos) levaram, porém, mais longe essas ideias ao conceitualizarem o Atlântico como uma unidade de análise autônoma, cujo objeto seria a observação das circulações e interações entre as distintas margens desse oceano. A finalidade inicial, nem sempre expressa, era, apesar de tudo, de cunho bastante nacional, pois procurava uma utensilagem apropriada para compreender o passado remoto dos Estados Unidos da América e, quando muito, a pujança dominante do Império Britânico.<sup>3</sup> Contudo, a fecundidade metodológica dessa abordagem cedo alargou esse tipo de inquérito a outros Atlânticos, sugerindo a existência de uma multiplicidade de histórias atlânticas diretamente conectadas com as metrópoles colonizadoras, mas já não exclusivamente interligadas com o Atlântico Norte que era, afinal, o recorte geográfico das primeiras abordagens. Desse modo, e embora com algum atraso na literatura historiográfica, os Atlânticos francês, espanhol, português ou até holandês irromperam nas academias e, com eles, a indiscutível relevância do Atlântico Sul. Desfeito o exclusivismo britânico, a pluralidade de estudos conduziu depois ao reconhecimento da complexidade do próprio objeto e à reivindicação da pertinência de outros domínios de investigação e de outras temáticas.<sup>4</sup> As margens africanas inscreveram-se como agente ativo da modelação de todas as fronteiras atlânticas (Atlântico Negro), reconheceram-se os contributos ameríndios para a construção da História Atlântica e, para além dos já consagrados temas da demografia, comércio e modelos político-administrativos (Bailyn), multiplicaram-se os tópicos de pesquisa. Emergiram temas como consumos, técnicas,



principalmente sobre a complexa trama de circuitos e interações de gentes e produtos atlânticos e o feixe múltiplo de consequências nos continentes europeu, africano e americano. Ou seja, as interações e as interdependências como estratégias analíticas para descrever o objeto de estudo, uma vez que se aceita que a sua existência assenta precisamente nessas dinâmicas de ação. Mas creio que se pode ir ainda mais longe, uma vez que a historiografia tem também vindo a estabelecer a dificuldade de isolar o espaço atlântico dos fenômenos que ocorriam no continente asiático e no oceano Índico. Nesse quadro, parece pertinente admitir que as interações, as interdependências e as circulações se devem analisar na escala global. *Global History*, pois.

Como se depreenderá, essa perspectiva será apenas parcialmente retomada neste capítulo, uma vez que o âmbito de análise proposto se limita à Europa e ao Atlântico. Outros textos do volume darão conta de outros protagonistas e de outros contributos não europeus para a criação do Brasil Colonial. No que respeita à Europa, porém, retoma-se a ótica enunciada, defendendo-se, por um lado, a profunda e indissociável imbricação de motivações e impulsos europeus para a ocupação de novos territórios no continente americano e, por outro, a subalternidade que Lisboa conferia nos seus processos decisórios às questões do Atlântico relativamente às do Estado da Índia. Circunscrevendo ao Brasil, pretende demonstrar-se que o aparecimento desse território, enquanto unidade político-administrativa dependente da monarquia portuguesa, dependeu da confluência e concorrência de interesses, quer dentro da Europa, quer de outras partes da Europa, entretanto disseminadas por outras áreas geográficas do globo.

#### 1. A imbricação dos espaços, das gentes e da(s) política(s)

A caracterização do “mundo português” da época moderna como um espaço de circulação já foi bem concretizada por A.J.R. Russell-Wood na década de 1990.<sup>7</sup> O espaço geográfico definido incorporava a totalidade

xa trama de circuitos e interações de o feixe múltiplo de consequências nos americano. Ou seja, as interações e as gias analíticas para descrever o objeto a que a sua existência assenta precisa- i. Mas creio que se pode ir ainda mais afaia tem também vindo a estabelecer a ântico dos fenômenos que ocorriam no ndico. Nesse quadro, parece pertinente dependências e as circulações se devem *History*, pois.

perspectiva será apenas parcialmente z que o âmbito de análise proposto se utros textos do volume darão conta de ontributos não europeus para a criação ta à Europa, porém, retoma-se a ótica n lado, a profunda e indissociável im- s europeus para a ocupação de novos no e, por outro, a subalternidade que s decisórios às questões do Atlântico a. Circunscrevendo ao Brasil, pretende to desse território, enquanto unidade e da monarquia portuguesa, dependeu teresses, quer dentro da Europa, quer tamento disseminadas por outras áreas

entes e da(s) política(s)

uguês" da época moderna como um retizada por A.J.R. Russell-Wood na ico definido incorporava a totalidade

dos espaços do Império português e tratava de sublinhar a importância da amplitude e variedade dos fluxos humanos, de produtos e de ideias na sua configuração. E, ainda, a percepção que os coetâneos tiveram sobre essa incessante circulação. No que respeita à movimentação das gentes, o resultado é particularmente eficaz, uma vez que o autor contorna habilmente o difícil problema da quantificação através da apresentação consistente de casos agregados em função das motivações dominantes subjacentes às partidas mais ou menos voluntárias da Europa (serviço à Coroa; serviço a Cristo através de distintas instituições da Igreja; interesses particulares de enriquecimento e proveito pessoal; exilados, proscritos e dos sem voz [como era o caso das mulheres] com as dos universos humanos compelidos à mudança [escravos africanos etc.]).<sup>8</sup> Atributo adicional é o de demonstrar "um mundo em movimento", o que, por um lado, contraria a ideia de imobilismo geográfico de alguma historiografia anterior e, por outro, complexifica as motivações e as trajetórias sociais, ao mesmo tempo que permite o tratamento do tema na longa duração. No seu conjunto, a obra deixa, também, claro que a unidade adequada de análise não pode isolar as distintas parcelas que compunham a monarquia portuguesa pluricontinental, uma vez que as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que a construíram se espraiam pelo seu conjunto. E uma vez que essas dinâmicas são produzidas em variados lugares do Império, e não apenas na metrópole, a evolução histórica das diferentes partes é totalmente interdependente: não é possível compreender a metrópole sem o estudo das "conquistas", nem essas sem o conhecimento de Portugal continental. Essa questão é especialmente importante, pois não só não traduz uma assunção consensual na historiografia, pelo menos na de língua portuguesa, quanto não tem idêntica validade para todas as unidades políticas que em algum momento se erigiram em potências coloniais. Nesse domínio, a principal particularidade do caso português parece ter sido a da muito generalizada participação social nesse processo expansionista e, portanto, a da maior permeabilidade social e política ao fenômeno da expansão ultramarina.

A definição do objeto de estudo — os portugueses — subalterniza, porém, o papel dos outros europeus na modelação desse espaço que se pretendia português, enquanto o propósito macro impede uma atenção mais fina às distintas cronologias. Por outro lado, se o quadro desenhado por Russell-Wood extrai pertinentemente as grandes linhas evolutivas, também encobre os particularismos das conjunturas. E é, com efeito, de uma conjuntura que aqui se tratará: 1500 a 1625, ou seja, de Cabral à ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.

A atenção concedida ao Brasil pela monarquia portuguesa nos primórdios do século XVI foi escassa. Os assuntos da Índia ocupavam as expectativas de Lisboa e era em torno das melhores formas de controlar e monopolizar o seu comércio que giravam as políticas e os órgãos de decisão. Para além de arrolado entre as terras que pelo Tratado de Tordesilhas cabiam a Portugal, pouco mais se fez. Não se definiram políticas nem se tomaram medidas para povoar essas novas terras; para as conhecer não se armaram mais do que umas quantas frotas nos anos subsequentes, atribuindo-se o encargo do reconhecimento da costa a um consórcio mercantil, segundo modelo testado umas dezenas de anos antes na costa ocidental de África. Assim, foram os acasos das viagens marítimas que ditaram os desembarques iniciais e a informação sobre a abundância de produtos tintureiros e alguns produtos exóticos que suscitou a iniciativa de privados.<sup>9</sup> Modestamente e de forma absolutamente periférica às principais rotas comerciais, essas sim, pelo menos no caso português, coordenadas a partir do centro político.

A historiografia tem já bem estabelecido que essas atividades comerciais de particulares só começaram a ser enquadradas politicamente quando surgiram conflitos de interesses e consequentes confrontos armados entre tripulações de várias nacionalidades. Que ocorreram tanto nas margens atlânticas ocidentais quanto nas orientais e ao longo das viagens marítimas. As reivindicações mercantis para solucionar essas desordens obrigaram as autoridades europeias a atender a essas novas fronteiras e a dilucidar juridicamente direitos de tutela, de controle e de exclusividade política, que seria igualmente de exclusividade comercial. A

origem geog  
tes do que gr  
diplomática e  
silhas e a Fra  
tratado quar  
da polêmica  
“Mare Liber  
mar e, porta  
no turbulent  
tir com acui  
continuavam

No entan  
episódios, to  
do Atlântico  
lançar um pr  
a rivalidade  
estava integr  
nesse conflito  
para o própri

Como qu  
que as prim  
de viagens d  
naturalidade  
var, Lisboa  
das concreta  
Primeiro, e  
concessão de  
ciente eficáci  
da Coroa no  
tantos autor  
da França) s  
tica coloniza  
concretas po

do — os portugueses — subalterniza, seus na modelação desse espaço que se propôs macro impede uma atenção. Por outro lado, se o quadro desenhado temente as grandes linhas evolutivas, dos das conjunturas. E é, com efeito, tará: 1500 a 1625, ou seja, de Cabral e brasileiro.

pela monarquia portuguesa nos primeiros. Os assuntos da Índia ocupavam as rno das melhores formas de controle que giravam as políticas e os órgãos entre as terras que pelo Tratado de ouco mais se fez. Não se definiram para povoar essas novas terras; para o que umas quantas frotas nos anos argo do reconhecimento da costa a modelo testado umas dezenas de anos Assim, foram os acasos das viagens rques iniciais e a informação sobre a e alguns produtos exóticos que sustentamente e de forma absolutamente ciais, essas sim, pelo menos no caso centro político.

delecido que essas atividades comerciais a ser enquadradas politicamente esses e consequentes confrontos araturalidades. Que ocorreram tanto quanto nas orientais e ao longo das es mercantis para solucionar essas s europeias a atender a essas novas e direitos de tutela, de controle e de mente de exclusividade comercial. A

origem geográfica dos contendores refletiu-se nos principais intervenientes do que gradualmente começou a assumir contornos de uma contenda diplomática europeia. Portugal reivindicou os direitos fixados por Tordeilhas e a França respondia discutindo não apenas a aplicabilidade desse tratado quanto a sua própria legitimidade. Emergiam os fundamentos da polêmica que viria a ser conhecida como "Mare Clausum" versus "Mare Liberum", ou seja, os discutíveis direitos de monopólio sobre o mar e, portanto, sobre a navegação. Eram, todavia, questões menores no turbulento quadro europeu de então e que, de fato, só se faziam sentir com acuidade por força das solicitações dos principais lesados, que continuavam a ser os segmentos mercantis portugueses.

No entanto, há alguns autores que valorizam um pouco mais esses episódios, tomando as atividades das comunidades mercantis portuárias do Atlântico francês como sinal de uma estratégia dessa monarquia para lançar um programa de expansão extraeuropeu. Fundamentam-no com a rivalidade dinástica com o Império, em que a monarquia hispânica estava integrada, a importância de garantir a neutralidade portuguesa nesse conflito e as exigências de um dinâmico grupo mercantil relevante para o próprio financiamento das operações militares no palco europeu.<sup>10</sup>

Como quer que seja o quadro de interesses dominante, uma vez que as primeiras décadas do Quinhentos assistiram a um contínuo de viagens de embarcações armadas por comunidades de diferentes naturalidades que as negociações diplomáticas não conseguiram travar, Lisboa respondeu à pressão política dos mercadores com medidas concretas para iniciar a ocupação efetiva do território brasileiro. Primeiro, e ainda, pela entrega da tarefa a particulares através da concessão de capitânias-donatárias (1534), que, ao não provar suficiente eficácia na ocupação do território, obrigou à intervenção direta da Coroa no processo, pela criação do governo geral em 1549. Como tantos autores já o referiram, a ameaça dos "franceses" (mais do que da França) suscitou a reação de Portugal, ditando o início da sistemática colonização do Brasil.<sup>11</sup> Mas, na verdade, a tomada de medidas concretas por parte de Lisboa, se facilitou a apresentação de um leque

argumentativo juridicamente mais consistente junto dos monarcas da França (pela demonstração da ocupação e conquista), não travou as incursões francesas ao território. Os Valois, fosse por desatenção, fosse por deliberada "vista grossa" sobre o assunto, também não diligenciaram refrear tais ações e são bem conhecidas as subsequentes investidas francesas: Villegagnon, a ocupação da baía de Guanabara e a miragem da "França Antártica",<sup>12</sup> repetidas arribadas às costas e suporte de tribos nativas contra os colonos portugueses, corso e pirataria sobre as armadas da costa do reino, da Malagueta, da Mina e do Brasil e ainda as tentativas de fixação na Paraíba no último quartel do século ou no Maranhão, já na viragem do século (1594). E em todos esses acontecimentos recrudescida violência de parte a parte.

Convém, no entanto, sublinhar a falta de regulação superior sobre o espaço atlântico e sobre as comunidades mercantis nessas primeiras décadas do Quinhentos. O que as organizava eram redes de negócio, cumplicidades de interesses e necessidades concretas decorrentes das atividades em que estavam envolvidas. E, valha a verdade, nessa teia pouco contava a naturalidade dos intervenientes. São conhecidos numerosos casos de pilotos ou marinheiros portugueses em navios ou em expedições francesas e castelhanas,<sup>13</sup> do mesmo modo que existem relatos de convivência harmoniosa entre gente portuguesa com a de outras naturalidades em situações teoricamente irregulares face aos tratados diplomáticos estabelecidos. Duarte Coelho, por exemplo, teria levado consigo para Pernambuco numerosos castelhanos,<sup>14</sup> as genealogias pernambucanas e baianas apontam casos numerosos de troncos de famílias aí residentes naturais de Castela, Península Italiana, Alemanha ou Flandres-Holanda, do mesmo modo que a presença de comunidades portuguesas nas Índias Castelhanas foi muitas vezes aceita sem conflito. Tais situações configuram, assim, esses tratados diplomáticos mais como referenciais de recurso em casos de desencadeamento de conflitos, e não tanto como parametrizadores de ação. Nesse sentido, o Atlântico começou por ser atravessado bastante livremente por europeus, sem que as suas naturalidades fossem por si desestabilizadoras. Seriam, então,

is consistente junto dos monarcas da ocupação e conquista), não travou as Os Valois, fosse por desatenção, fosse o assunto, também não diligenciara conhecidas as subseqüentes investidas da baía de Guanabara e a miragem das arribadas às costas e suporte de portugueses, corso e pirataria sobre a Malagueta, da Mina e do Brasil e Paraíba no último quartel do século do século (1594). E em todos esses lência de parte a parte.

r a falta de regulação superior sobre unidades mercantis nessas primeiras s organizava eram redes de negócio, s necessidades concretas decorrentes das vidas. E, valha a verdade, nessa teia s intervenientes. São conhecidos nu- rinhaes portugueses em navios ou anas,<sup>13</sup> do mesmo modo que existem sa entre gente portuguesa com a de s teoricamente irregulares face aos s. Duarte Coelho, por exemplo, teria numerosos castelhanos,<sup>14</sup> as genealo- ntam casos numerosos de troncos de astela, Península Italiana, Alemanha modo que a presença de comunidades is foi muitas vezes aceita sem confli- m, esses tratados diplomáticos mais sos de desencadeamento de conflitos, s de ação. Nesse sentido, o Atlântico te livremente por europeus, sem que si desestabilizadoras. Seriam, então,

os interesses particulares, onde avultavam os comerciais, que, antes de mais, modelaram o Atlântico.<sup>15</sup>

Quando, depois, se acirraram as tensões pela posse efetiva dos territórios, cresceram as depredações e as hostilidades e os "franceses" adquiriram uma clara conotação negativa entre os navegadores e colonos portugueses que o centro político, depois, ecoava. E o mesmo terá ocorrido com a insidiosa presença dos "portugueses" na América espanhola.<sup>16</sup> Embora seja necessário ponderar que o que fica nas fontes são sobretudo os vestígios dos conflitos, e não tanto os das convivências e dos acordos, o fato é que a indiferença e a fluidez das identidades parecem compaginar-se com a violência individual, espontânea (justiça pelas próprias mãos) que aparenta ser sempre maior e mais extrema do que a violência delegada ou emanada das autoridades centrais. O que se pode explicar pela centralidade do medo e a necessidade de sobrevivência, que é, por seu turno, também reveladora de uma efetiva falta de controle sobre as variáveis que permitiam sobreviver. Os esforços diplomáticos para regular e ordenar foram absolutamente incapazes de estabelecer um controle eficaz, até porque não dispunham de meios adequados de informação, de fiscalização e de punição desses episódios. Estava-se, com efeito, na presença de realidades novas que exigiam instrumentos legais e punitivos que foram emergindo, mas de forma lenta e sempre defasada da realidade.

Sendo assim, parece bem que a questão da naturalidade só se assume como fronteira do outro em situações de tensão aberta, e não tanto como clivagem prévia. Face a perigos externos e ambientes desconhecidos, a cooperação entre europeus que comungavam quadros de valores similares tinha o seu espaço. O que em boa parte explica que os diferendos de matriz religiosa — face a cristãos-novos ou face aos heréticos — tivessem assumido nas Américas, seja entre as autoridades, seja entre a população, um potencial diferenciador bem mais significativo do que qualquer vinculação associada à naturalidade geográfica.<sup>17</sup>

## 2. A emigração para o Brasil. Números e características sociais

### 2.1. *Alguns dados quantitativos*

Os números mais fiáveis sobre a situação demográfica do Brasil no século XVI são extraídos dos relatos de contemporâneos: Pedro de Magalhães Gandavo para a década de 1570; Fernão Cardim para 1583 e Pe. José de Anchieta para 1585. As indicações fornecidas reportam-se ao número de vizinhos por capitania, pelo que o cômputo variará em função do multiplicador que se atribuir à habitação. Quase toda a historiografia refere 25 mil brancos para 1585, o que presume cerca de seis habitantes por unidade de residência. No entanto, e apesar de utilizar esses mesmos autores, Harold B. Johnson propõe para a mesma data 29.600.<sup>18</sup> Em todo caso, são totais que não cessarão de subir, embora com ritmos diferenciados: a maioria dos autores estima 30 mil europeus residentes, cerca de 1.600 e 50 mil no final da primeira metade do Seiscentos. Em qualquer das datas apontadas, e malgrado a dificuldade de obter números precisos, parece admissível aceitar-se que a população europeia era inferior ao somatório da população nativa com a de origem africana sob a sua tutela, a maior parte da qual detinha, de resto, um estatuto escravo.

Independentemente do grau de exatidão desses dados, há que constatar o reduzido número de europeus no Brasil e, portanto, a extraordinária desproporção entre a imensidão do território e os níveis de ocupação do mesmo. Colocando esses valores em perspectiva, diga-se que nos finais do século XV se estimava haver 25 mil soldados destacados nas praças marroquinas tuteladas por Portugal.<sup>19</sup> A escassez demográfica no Brasil ainda se torna mais clara quando se constata que essa mesma população se distribuía de forma muito desigual pelas capitanias, pois cerca de 2/3 estavam concentrados em Pernambuco e na Bahia. Eram também essas as áreas onde a população registrava taxas de crescimento mais regulares, que contrastavam com a contração demográfica nas capitanias do centro e o crescimento consistente nas capitanias do sul (Rio de Janeiro e São Vicente).<sup>20</sup>

os e características sociais

ção demográfica do Brasil no século  
temporâneos: Pedro de Magalhães  
ão Cardim para 1583 e Pe. José de  
ornecidas reportam-se ao número  
o cômputo variará em função do  
ação. Quase toda a historiografia  
te presume cerca de seis habitantes  
to, e apesar de utilizar esses mes-  
põe para a mesma data 29.600.<sup>18</sup>  
vão de subir, embora com ritmos  
estima 30 mil europeus residentes,  
primeira metade do Seiscentos. Em  
ado a dificuldade de obter números  
que a população europeia era infe-  
ra com a de origem africana sob a  
cha, de resto, um estatuto escravo.  
tidão desses dados, há que consta-  
Brasil e, portanto, a extraordinária  
território e os níveis de ocupação  
em perspectiva, diga-se que nos  
er 25 mil soldados destacados nas  
ortugal.<sup>19</sup> A escassez demográfica  
ando se constata que essa mesma  
ito desigual pelas capitanias, pois  
m Pernambuco e na Bahia. Eram  
ção registrava taxas de crescimen-  
com a contração demográfica nas  
consistente nas capitanias do sul

Um exercício aritmético simples encontraria valores de fixação média de europeus nos primeiros 100 anos do Brasil de cerca de 300 sujeitos por ano. É, no entanto, um número que não serve senão como referência, pois nesse cômputo há que ponderar as taxas de crescimento biológico e de mortalidade dos residentes que se supõem serem altas.<sup>21</sup> De qualquer modo, os valores estimados de 25 mil brancos cruzados com os números conhecidos para as partidas de Portugal levantam a questão importante para essa análise que é a da relação entre as partidas, a fixação no Brasil e o retorno.

Russell-Wood foi particularmente cuidadoso na explicitação da diversidade de situações, motivações e intencionalidades presentes entre os que partiam, bem como na variação dessas mesmas causas ao longo dos tempos.<sup>22</sup> E, também ele, reitera a ideia de que a fixação de gente no Brasil até a implantação do sistema das donatarias era ocasional e quase sempre fortuita. E se teria depois verificado um surto na década de 1530, surto esse que se amplificou com a criação do governo geral. Com efeito, os donatários levaram consigo contingentes de gente apreciáveis. A expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, que partiu de Lisboa em 1530, integrava 400 pessoas de variados escalões sociais;<sup>23</sup> os donatários Pêro Lopes de Sousa, João de Barros e Aires da Cunha teriam organizado uma frota para povoar os seus novos senhorios com cerca de 900 homens e 100 cavalos.<sup>24</sup> Pêro Fernandes Tourinho chegou com família e mais gente em quatro navios propositadamente armados<sup>25</sup> e Duarte Coelho partiu com uma grande comitiva de parentes, amigos e criados. Também os governadores se fizeram acompanhar por gente numerosa. Note-se que só Tomé de Sousa levou consigo cerca de mil pessoas para a Bahia (numa esquadra de três navios e três caravelas com 600 homens, 400 degredados, os primeiros jesuítas e algum clero regular); que em 1553 a esquadra de D. Duarte da Costa, composta por uma nau e três caravelas, levou um total de 260 pessoas;<sup>26</sup> enquanto a armada chefiada por Villegagnon em 1554 integrava perto de 600.

Acautelem-se, porém, essas considerações. A acreditar na fixação de todos os que compunham os séquitos que acompanharam os primeiros

donatários e governadores-gerais e somando-se os valores prováveis decorrentes do crescimento biológico, os números globais de europeus em 1585 deveriam ser muito superiores aos 25 mil apontados. Defendendo a satisfação dos pedidos de privilégios de povoamento para João de Melo da Câmara e a Cristóvão Jaques, o Dr. Diogo Gouveia em 1532 referia a intenção de o primeiro levar 2 mil homens e de Cristóvão Jaques outros 1 mil para povoar o Brasil e acrescentava que se tal já tivesse sido feito, nos três anos subsequentes “já haveria quatro a cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo irem após estes muitos moradores”.<sup>27</sup> Exagero, certamente, mas fica a ideia da expectativa metropolitana sobre as modalidades de crescimento populacional: miscigenação e altas taxas de natalidade.

Coloca-se por isso mesmo a questão da natalidade. É verdade que os autores a partir dos quais se estimam os 25 mil habitantes em 1585 não referem se neles incorporaram os nascidos de cruzamentos mistos, ou seja, mamelucos e mestiços. Seria importante sabê-lo, porque é conhecida a baixa emigração de mulheres europeias, o que pode explicar saldos biológicos pouco expressivos. Em qualquer caso, as genealogias de São Paulo,<sup>28</sup> de Pernambuco<sup>29</sup> e da Bahia<sup>30</sup> apresentam um número médio de filhos elevado (que ultrapassam frequentemente os 10), bem como uma alta taxa de nupcialidade (seja de primeiros casamentos, seja de recasamentos de viúvas). No caso da capitania de São Vicente, pela fala do Dr. Diogo Gouveia parece que ele integraria os rebentos de relações miscigenadas, pois contabilizar uma média de 4.500 crianças por 3 mil homens em três anos significa a produção continuada de descendentes, o que não seria pensável se se socorressem apenas das mulheres brancas. Mas o fato é que se tal presunção colhesse, a diferença de números entre os que chegaram e os que se fixaram ainda aumentaria mais.

A dimensão desses números torna, portanto, evidente que uma parte muito significativa desses sujeitos que arribaram nas costas do Brasil não se enraizou no território. Os números compilados por David Eltis para as saídas de Portugal em direção à América<sup>31</sup> (construídos a partir das indicações apresentadas há muito por Vitorino Magalhães Godinho)

somando-se os valores prováveis de-  
os números globais de europeus em  
aos 25 mil apontados. Defendendo a  
os de povoamento para João de Melo  
Dr. Diogo Gouveia em 1532 referia  
il homens e de Cristóvão Jaques ou-  
crescentava que se tal já tivesse sido  
á haveria quatro a cinco mil crianças  
tra casados com os nossos, e é certo  
.<sup>27</sup> Exagero, certamente, mas fica a  
sobre as modalidades de crescimento  
taxas de natalidade.

ção da natalidade. É verdade que os  
m os 25 mil habitantes em 1585 não  
nascidos de cruzamentos mistos, ou  
portante sabê-lo, porque é conhecida  
ropeias, o que pode explicar saldos  
qualquer caso, as genealogias de São  
ia<sup>30</sup> apresentam um número médio  
frequentemente os 10), bem como  
a de primeiros casamentos, seja de  
a capitania de São Vicente, pela fala  
le integraria os rebentos de relações  
a média de 4.500 crianças por 3 mil  
dução continuada de descendentes,  
essem apenas das mulheres brancas.  
hesse, a diferença de números entre  
n ainda aumentaria mais.

a, portanto, evidente que uma parte  
e arribaram nas costas do Brasil não  
os compilados por David Eltis para  
América<sup>31</sup> (construídos a partir das  
por Vitorino Magalhães Godinho)

demonstram-no ainda com maior nitidez. Refere 93 mil entre 1500 e 1580 e 110 mil entre 1580 e 1640. Sabe-se que Godinho apontou uma média de 3.500 partidas anuais de Portugal,<sup>32</sup> pelo que Eltis aproveita apenas 1/3, considerando que os restantes se dirigiram a outras partes do Império português, sem porém fundamentar a escolha desse divisor que, por isso mesmo, também deve ser lido com cautela. Já Boxer sugeriu números inferiores, numa média de 2.400 pessoas/ano. É verdade que 3.500 parece um valor excessivo, até porque infelizmente o historiador não nos deixou indicações sobre como construiu tais totais médios. Mas mesmo se utilizarmos o mais prudente número de Boxer e aplicarmos o mesmo divisor, o valor total de partidas para a América seria de cerca de 64 mil para o primeiro recorte cronológico.<sup>33</sup>

Constituem números muitíssimo elevados, sobretudo quando comparados com os valores estimados para a vizinha monarquia de Espanha. Os dados compilados pelo historiador norte-americano Peter Boyd-Bowman para o período entre 1493 e 1600, que Carlos Martínez-Shaw retoma na sua obra de síntese sobre a emigração espanhola para a América, contabilizaram 54.881 saídas<sup>34</sup> e corrigem de forma mais segura os valores aceitos por David Eltis, que propôs um valor global de 139 mil partidas de Espanha até 1580.<sup>35</sup> A desproporção entre os efetivos demográficos das duas monarquias ibéricas nos inícios de 1500 — Portugal contaria com cerca de 1,2 milhão de habitantes, enquanto os restantes reinos ibéricos totalizariam um pouco menos de 8 milhões — revela, em qualquer caso, a extraordinária importância percentual do fluxo de saídas de Portugal em direção à América. Se essa desigualdade é parcialmente amenizada pela constatação de que 83% das saídas de Espanha correspondiam apenas aos territórios da Andaluzia, Extremadura, Castela-a-Velha e Castela-a-Nova,<sup>36</sup> a verdade é que nessa época essas regiões concentravam 65,8% da população da monarquia dos Habsburgos, ou seja, 5.185.040 habitantes, um pouco mais do quádruplo da população portuguesa.<sup>37</sup> Tais valores articulados com a maior amplitude das áreas de destino dessa emigração sugerem de forma clara que a sociedade castelhana nutriu um menor interesse que a portuguesa pela emigração para a América.

São, por isso, dados que importará explicar. A historiografia espanhola adianta algumas informações relevantes para esse propósito que a falta de fontes documentais em Portugal não permite acompanhar senão com dados qualitativos retirados de documentação bastante diversificada.

Para esse efeito, as indicações disponibilizadas pelas genealogias paulistanas, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco podem ser complementadas com os dados que Gonsalves de Mello organizou a partir da visitação do Santo Ofício ao Brasil entre 1593-1595<sup>38</sup> e Maria Beatriz Nizza da Silva retomou,<sup>39</sup> para além das informações dispersas coligidas em algumas outras fontes e estudos. Tais dados sugerem que a emigração portuguesa teria uma origem geográfica muito diversificada que cobria a quase totalidade do reino, embora os valores globalmente mais elevados se reportem às regiões a norte do rio Douro, com especial destaque para a faixa litoral. Em todo caso, Lisboa surgia como o ponto de partida com maior número de ocorrências, mas é verdade que essa indicação pode camuflar naturalidades variadas, já que essa cidade portuária tinha já nessa época uma grande capacidade de atração sobre a população de outras regiões. A emigração era sobretudo masculina e de indivíduos isolados, mas a partir de meados do século a Coroa desenvolveu esforços no sentido de estimular o embarque de unidades familiares, havendo registro de uma primeira tentativa desse tipo relativamente a casais açorianos em 1550 que totalizariam à volta de 300 pessoas.<sup>40</sup>

Relativamente às características da emigração espanhola, essa pauta-se por ser predominantemente masculina, embora a percentagem de mulheres que partiram tenha aumentado bastante na segunda metade do século, atingindo percentuais na casa dos 28,5% entre 1560-80 e de 26% para os últimos 20 anos da centúria do Quinhentos.<sup>41</sup> Era uma população majoritariamente urbana e oriunda da Andaluzia, onde a área de Sevilha pontuava com cerca de 1/5 do total. Era ainda “una emigración muy diversificada desde el punto de vista social, con representación de casi todas las categorías profesionales”,<sup>42</sup> surgindo, sem surpresa, os mercadores predominantemente representados na Andaluzia. Considera

também  
perante  
suficient  
mento e  
tuída so  
a 30 an  
viajavam  
tende a  
para o c  
expressi

## 2.2. Dis

Para Poi  
sugeriu c  
por grup  
to parte  
razões d  
ordens d  
sobre as  
rentes ca

As ge  
mente às  
significat  
Gonzaga  
grupo de  
Martim  
foros inf  
especifica  
os Cubas  
de prime  
os respec  
tania e pe

rá explicar. A historiografia espanhola evanescente para esse propósito que a falta de documentação bastante diversificada. As disponibilizadas pelas genealogias da Bahia e de Pernambuco podem ser que Gonsalves de Mello organizou a viagem ao Brasil entre 1593-1595<sup>38</sup> e Maria<sup>9</sup> para além das informações dispersas e estudos. Tais dados sugerem que a origem geográfica muito diversificada do reino, embora os valores globalmente sejam semelhantes a norte do rio Douro, com especialidade. Em todo caso, Lisboa surgia como o principal número de ocorrências, mas é verdade que havia naturalidades variadas, já que essa época uma grande capacidade de atração em várias regiões. A emigração era sobretudo masculina, mas a partir de meados do século XVI o sentido de estimular o embarque de mulheres no âmbito de uma primeira tentativa desse período em 1550 que totalizariam à volta de 1500 pessoas.

Em relação à emigração espanhola, essa pauta masculina, embora a percentagem de mulheres aumentou bastante na segunda metade do século XVI, com cerca de 28,5% entre 1560-80 e de 26% no início do Quinhentos.<sup>41</sup> Era uma população oriunda da Andaluzia, onde a área de origem representa 1/5 do total. Era ainda “una emigración de carácter social, con representación de estratos sociales”,<sup>42</sup> surgindo, sem surpresa, os emigrantes representados na Andaluzia. Considera-

também Martínez-Shaw que, do ponto de vista da riqueza, se estará perante grupos remediados, uma vez que só esses dispunham de meios suficientes para suportar os elevados custos de embarque e de equipamento exigidos para a travessia atlântica.<sup>43</sup> Era uma emigração constituída sobretudo por gente jovem, em que 69% tinham idades inferiores a 30 anos, e majoritariamente solteira (59,2%) ou, sendo casados, que viajavam sós.<sup>44</sup> A partir da segunda metade do século essa proporção tende a inverter-se, com o aumento relativo da emigração familiar, que para o caso estremenho está bastante bem comprovado através de uns dados expressivos 88,4%.<sup>45</sup>

## 2.2. *Distintos espaços, distintas características sociais*

Para Portugal, do ponto de vista da composição social, Russell-Wood sugeriu que a emigração voluntária também seria sobretudo constituída por grupos intermédios, dados os elevados custos de embarque, enquanto parte significativa dos emigrantes não voluntários se transferiu por razões de serviço administrativo e militar à Coroa ou por missões sob ordens da Igreja. Essa distinção não deixará, todavia, de ter significado sobre as características sociais dos emigrantes que arribaram às diferentes capitânias.

As genealogias paulistanas oferecem alguma informação relativamente às origens sociais das famílias ilustres da região. Um número significativo dos agregados familiares listados por Pedro Taques e Luiz Gonzaga da Silva Leme<sup>46</sup> pode considerar-se como pertencentes ao grupo de emigrantes voluntários e descende dos que acompanharam Martim Afonso de Sousa na década de 1530, sendo identificados por fontes inferiores da casa real. Seria gente da confiança de Sousa, recrutada especificamente com intenção de povoarem a terra. Contam-se entre eles os Cubas, os Góis ou os Pires. O que há de particular é que essa leva de primeiros povoadores de São Vicente se transferiu para o Brasil com os respectivos agregados familiares, se instalou em simultâneo na capitânia e pôde, portanto, desenvolver uma política matrimonial bastante

endogâmica. Assim, depois de uma miscigenação inicial com nativas, deram clara preferência às uniões regulares com filhas ou viúvas de portugueses já instalados. Ao organizarem a sociedade política, foram eles que controlaram os cargos de governo camarário e foi também de entre esse grupo que saíram os capitães-mores delegados do donatário e o oficialato central da capitania. Embora não se tenha reconstituído o universo desses primeiros povoadores, como o fez João Fragoço para o Rio de Janeiro,<sup>47</sup> os dados coligidos (e que as evidências carreadas por Taunay confirmam<sup>48</sup>) sugerem que esse núcleo inicial do que seriam as elites paulistanas setecentistas desenvolveu práticas políticas, econômicas e familiares muito semelhantes às que esse historiador detetou para a vila carioca na segunda metade do século XVI e século XVII. No que ao tema em análise se refere, importa apenas sublinhar que foram esses primeiros colonos de São Vicente que decidiram as modalidades de inclusão dos que foram chegando, através do fundamental instrumento de integração que eram as alianças matrimoniais. Parece ainda que na própria decisão dos que foram depois vindo para a capitania pode ter pesado a vizinhança em Portugal com alguns desses povoadores iniciais, já que alguns são da mesma localidade e muitos da mesma região<sup>49</sup> e vieram a casar no Brasil com descendentes deles. Estudos sobre as práticas de dote nessa capitania demonstram, de resto, a preferência pela transmissão de bens por via feminina, como forma de controlar a reprodução da unidade familiar e garantir a fixação. Essa última razão terá, de fato, sido importante nessa predileção, uma vez que a transferência direta de bens para os filhos homens lhes permitiria uma autonomia que o contexto inicial do povoamento no Brasil podia incentivar mais à mobilidade, e não ao enraizamento. Implantado esse modelo, como parece que terá ocorrido, os filhos desfavorecidos ficavam na contingência de contrair matrimônios homogâmicos, evitando mestiçagens, enquanto o grosso da herança era encaminhado para as filhas, que assim se casavam a gosto dos pais, podendo esses garantir dotes elevados a todas. E todas podiam ser seis ou oito filhas. Esse o sentido que também explica a possibilidade de cooptação de recém-chegados pouco abonados, quando

uma miscigenação inicial com nativas, casamentos regulares com filhas ou viúvas de nobres para organizar a sociedade política, foram de grande importância para o governo camarário e foi também de grande importância para os capitães-mores delegados do donatário real. Embora não se tenha reconstituído o modelo de dotes, como o fez João Frago para os dotes, e que as evidências carreadas por ele mostram que esse núcleo inicial do que seriam as práticas políticas, econômicas e sociais que esse historiador detetou para a vila de Vila Rica no século XVI e século XVII. No que ao tema se refere, gostaria de sublinhar que foram esses primeiros dotes que foram as modalidades de inclusão dos que foram os primeiros instrumentos de integração que foram utilizados. Parece ainda que na própria decisão dos donatários para a capitania pode ter pesado a vizinhança com os povoadores iniciais, já que alguns são da mesma região<sup>49</sup> e vieram a casar no Brasil. Estudos sobre as práticas de dote nessa época mostram a preferência pela transmissão de bens imóveis para controlar a reprodução da unidade familiar. A última razão terá, de fato, sido talvez a transferência direta de bens imóveis que garantiria uma autonomia que o contexto colonial não podia incentivar mais à mobilidade, e talvez esse modelo, como parece que terá sido utilizado, ficavam na contingência de contrair matrimônio sem casando mestiçagens, enquanto o grosso dos dotes era para as filhas, que assim se casavam a fim de garantir dotes elevados a todas. E todas as vezes. Esse o sentido que também explica a presença de recém-chegados pouco abonados, quando

no século XVIII os que arribavam tendiam a já possuir bens oriundos da atividade mercantil.<sup>50</sup>

A progressiva ocupação das capitanias do sul parece, então, resultar sobretudo de decisões individuais de gentes oriundas de Portugal ou de gentes de outras partes do Brasil e até do Atlântico, uma vez que a estrutura administrativa periférica da Coroa nesses territórios era nessas épocas bastante incipiente. De resto, parece até que esses poucos cargos administrativos foram sendo concedidos pela monarquia, sobretudo àqueles que já aí residiam, e não tanto a gente nomeada no reino para o efeito.<sup>51</sup> E tal fenômeno contribuiu para a apreciável concentração de poderes entre os grupos familiares dos primeiros colonos. E nesse povoamento dominaram, por isso, os interesses particulares associados ao resgate de nativos ou à miragem da descoberta de minas, bem como os andarilhos e os aventureiros. Ou seja, de gente menos tentada por uma fixação definitiva à terra do que a que se verificará nas capitanias onde o envolvimento com a produção agrícola exigia um enraizamento de maior permanência. Embora faltem os dados quantitativos para o comprovar, as informações avulsas sugerem que haverá uma grande diferença entre os que arribaram e os que ali se integraram, não tanto em resultado de retorno a Portugal, mas sim porque de aí teriam partido para trajetórias que os disseminaram para outras capitanias no Brasil, para outras Américas ou, ainda, para outras partes do Império.

Já os agentes da monarquia que foram enviados para o Brasil só têm significado numérico após a instalação do governo geral e parecem proceder sobretudo de camadas inferiores da nobreza ou, em número menor, de ramos segundos de linhagens fidalgas. Predominam, assim, as referências aos foros de escudeiro, cavaleiro, escudeiro-fidalgo ou cavaleiro-fidalgo da casa real, sendo mais raras as menções ao foro de fidalgo, que indica melhor extração social. Importa, todavia, advertir que mesmo esses baixos foros de nobreza podiam resultar de mercês de última hora, concedidas a troco da promessa de partida para o Brasil. Vejam-se, a título de exemplo, os casos dos numerosos filhamentos em foros da casa real concedidos por Filipe III sob condição expressa

de acompanharem o governador-geral D. Gaspar de Sousa em 1612 e, por isso mesmo, inscritos na sua lista de mercês.<sup>52</sup> Seria um expediente utilizado pela monarquia, muito provavelmente a pedido do próprio governador-geral, que só assim conseguiria seduzir gente para servir consigo no Brasil. A centralidade política da Bahia conduziu, assim, ao recrutamento de oficialato para a administração central do território que, mesmo sendo oriundo das camadas inferiores da nobreza, se distinguia socialmente dos povoadores de outras capitanias, como em 1810 o governador da Bahia escrevera

devo lembrar que os homens que agora avultam no Rio de Janeiro por seus cabedais e representação saltaram em terra com um alforje às costas, dormiram nos alpendres do Carmo e de S. Bento e assim sem terem recebido qualquer educação de seus Pais, cujos nomes e ofícios ainda se ignoram, enriqueceram, e avultam; e na Bahia, pelo contrário, é para lidar com homens de nobreza antiga, de riqueza herdada, de educação adquirida já por Pais Avós lá na Europa...<sup>53</sup>

Seria característica que o povoamento coordenado por capitães donatários fidalgos de Pernambuco compartiria, tanto mais que essas duas capitanias ainda partilhavam a mais antiga supremacia econômica conferida pelo precoce sucesso da exploração açucareira. Administração da Coroa e boas perspectivas econômicas seriam, pois, favoráveis à atração inicial de gente de melhor extração do que nas capitanias do sul. Em qualquer dos casos, Evaldo Cabral de Mello alertou há muito para as mistificações posteriores sobre as origens sociais dos primeiros colonos pernambucanos, situando-as com pertinência entre uma pequena fidalguia reinol ou até mesmo de plebeus nobilitados já em território do Brasil.<sup>54</sup>

Apesar de tudo, a análise sistemática dos registros genealógicos baianos e pernambucanos parece indicar que as características sociais e ocupacionais dos povoadores iniciais os induziram a uma maior circulação entre o Brasil e a metrópole do que os de outras paragens. Requerimen-

geral D. Gaspar de Sousa em 1612 e, desta de mercês.<sup>52</sup> Seria um expediente provavelmente a pedido do próprio conseguiria seduzir gente para servir política da Bahia conduziu, assim, ao administração central do território comandadas inferiores da nobreza, se disse de outras capitânicas, como em 1810

que agora avultam no Rio de Janeiro por saltaram em terra com um alforje às costas do Carmo e de S. Bento e assim sem terem seus Pais, cujos nomes e ofícios ainda se saltam; e na Bahia, pelo contrário, é para antiga, de riqueza herdada, de educação na Europa...<sup>53</sup>

mento coordenado por capitães dono-partiria, tanto mais que essas duas mais antiga supremacia econômica a exploração açucareira. Administrações econômicas seriam, pois, favoráveis maior extração do que nas capitânicas Evaldo Cabral de Mello alertou há anteriores sobre as origens sociais dos os, situando-as com pertinência entre até mesmo de plebeus nobilitados já

nática dos registros genealógicos baia-car que as características sociais e ocupos induziram a uma maior circulação de os de outras paragens. Requerimen-

tos de mercês ao rei, comércio ou assuntos familiares pendentes foram razões para novas travessias atlânticas em direção a Portugal, quando não mesmo para o retorno definitivo. Na Bahia, parece haver reduzida tendência para a fixação de gente mais grada, visto que grande parte dos que atravessavam o Atlântico com missões da Coroa tendia a regressar a Portugal, assim configurando trajetórias de homens ultramarinos, e não coloniais, para usar a expressão de L.F. Alencastro. Rodrigo Ricupero afirma-o taxativamente para os 13 governadores-gerais nomeados no reino que tomaram posse entre 1549 e 1630, mas não apresenta dados quantitativos relativamente aos escalões seguintes do aparelho administrativo central do Brasil.<sup>55</sup> Refere, no entanto, que tal objetivo de retorno não obsteu a que alguns tivessem adquirido fazendas e bens em terras brasileiras e sabe-se que também houve quem por lá deixasse geração (bastarda ou legítima) ou parentela. Desse modo, a estada no Brasil conferiu-lhes um lastro de redes sociais e familiaridade com o Império que a monarquia e os governantes do Brasil aproveitaram para lhes solicitar outras missões ultramarinas.

Relativamente a outros segmentos de oficialato nomeado no reino, é conhecido o exemplo do provedor da fazenda António Cardoso de Barros, cuja descendência se fixou no território com posse de sesmarias, engenhos e cargos.<sup>56</sup> Muitos deles compatibilizaram, de resto, esses ofícios com desempenhos militares de relevo na conquista e ocupação do território, assim obtendo mercês em terras e ofícios administrativos cuja riqueza e poder que geravam muito contribuíram para a sua definitiva fixação em solo do Brasil.<sup>57</sup>

Em Pernambuco, o vasto agregado de parentela dos Albuquerque e dos Coelho, aos quais se integraram Cavalcantis e Mouras, constitui caso reputado de fixação na região com notável capacidade de expansão para as conquistas do Nordeste,<sup>58</sup> o que não impediu uma estreita ligação com a metrópole, feita até de estadas mais ou menos prolongadas. Interessa, no entanto, sublinhar que o padrão de integração dos recém-chegados da metrópole parece similar ao que se apontou para São Vicente. Ou seja, a elite instalada cooptava de entre os emigrantes aqueles que acei-

tava integrar através da cessão de senhoras locais em casamento. Nessa perspectiva, o papel dos Albuquerque parece de enorme relevo, uma vez que foi através das noivas desse grupo familiar que se entreteceram muitos dos laços parentais de base na elite nascente. Vejam-se os casos de Duarte Coelho, casado com uma Albuquerque, e depois de Sibaldo Lins, casado em segundas núpcias com D. Beatriz de Albuquerque, uma filha perfilhada do Adão Pernambucano; de Filipe Cavalcanti, casado com uma outra Albuquerque, Catarina, da qual nasceu Genebra, casada com Filipe de Moura; esse Filipe, que era ele próprio sobrinho materno de D. Beatriz de Albuquerque, viúva do donatário Duarte Coelho, já fora casado em primeiras núpcias com uma outra filha (Isabel) de Jerónimo de Albuquerque; uma neta (por via masculina de Cavalcanti) casou com Feliciano Coelho de Carvalho, comendador de Seia, que em 1595 foi capitão-mor da Paraíba e depois governador de São Tomé;<sup>59</sup> duas das filhas de Filipe de Moura casaram com imigrantes portugueses: a mais velha, Isabel de Moura, com António Ribeiro de Lacerda, filho de Manuel Ribeiro de Lacerda, que serviu no tempo de Duarte Coelho de provedor-mor da fazenda de Pernambuco e casara com uma fidalga natural de Tancos, em Portugal; a mais nova, D. Mécia de Moura, casara com Cosme Dias da Fonseca, de Vila do Conde e filho de um homem de Tancos unido em primeiras núpcias com a fidalga dessa mesma vila, mãe de António Ribeiro de Lacerda.<sup>60</sup> E todos esses foram troncos de portentosas linhagens do Nordeste. É certo, no entanto, que a dimensão numérica dos Albuquerque em Portugal e suas alianças familiares, bem como a experiência prévia de participação nas navegações e conquistas no Norte de África, Mina e Índia,<sup>61</sup> também terão contribuído para a interligação dessa linhagem entre Brasil e metrópole. Certamente como exceção, importa, contudo, não esquecer a precoce implantação do grupo familiar fidalgo dos Sá nos arredores do Rio de Janeiro que assumiu perfis com alguns paralelismos com os dessas famílias pernambucanas.

Mas a prática de incorporação de metropolitanos coexistiu com níveis densos de endogamia entre o núcleo dos primeiros colonos de Pernambuco,<sup>62</sup> o que os equipara bastante ao modelo adotado pelos colonos

de senhoras locais em casamento. Nessa qualquerque parece de enorme relevo, uma desse grupo familiar que se entreteceram base na elite nascente. Vejam-se os casos em uma Albuquerque, e depois de Sibaldo casadas com D. Beatriz de Albuquerque, uma albuquercano; de Filipe Cavalcanti, casado com Catarina, da qual nasceu Genebra, casada com ele, que era ele próprio sobrinho materno viúva do donatário Duarte Coelho, já fora com uma outra filha (Isabel) de Jerônimo por via masculina de Cavalcanti) casou com o alho, comendador de Seia, que em 1595 depois governador de São Tomé;<sup>59</sup> duas casaram com imigrantes portugueses: a primeira com António Ribeiro de Lacerda, filho de um alho, que serviu no tempo de Duarte Coelho em Pernambuco e casara com uma fidalga de Vila Rica; a mais nova, D. Mécia de Moura, casara com o filho de um homem de Vila Rica em núpcias com a fidalga dessa mesma vila, de Vila Rica.<sup>60</sup> E todos esses foram troncos de Vila Rica. É certo, no entanto, que a dimensão das alianças familiares, bem como a participação nas navegações e conquistas do Brasil, também terão contribuído para a expansão do Brasil e metrópole. Certamente como esquecer a precoce implantação do grupo de moradores do Rio de Janeiro que assumiu com os dessas famílias pernambucanas. O grupo de metropolitanos coexistiu com níveis inferiores do primeiro grupo de colonos de Pernambuco ante ao modelo adotado pelos colonos

do Sul. Diferenciam-se, globalmente, pelas melhores qualidades sociais e pelos níveis de riqueza, que repercutiam numa autoridade social que a metrópole reconhecia. E foi essa autoridade acumulada no território do Brasil que fez desses primeiros colonos de Pernambuco (com as suas extensões na Bahia e na Paraíba) parceiros da monarquia na administração do Império, pois esses grupos familiares geraram numerosos militares e quadros políticos, não apenas para várias partes do Brasil como para outras conquistas, com particular relevo para o Atlântico Sul, o que não ocorria com a mesma frequência nas capitânicas do sul. Uma busca sumária dos titulares de governos ultramarinos deteta de imediato 14 nomes dessa rede familiar dos Albuquerque (a esmagadora maioria em partes do Brasil), que, até 1640, exerceram mandatos por 22 vezes. Apresentam trajetórias com serviços prestados à monarquia em diferentes partes — Brasil, Oriente, Cabo Verde, Angola, Flandres — o que não os distingue de tantos outros portugueses seus contemporâneos, a não ser o fato de o seu local de enraizamento ser o Brasil.<sup>63</sup> Ou seja, pode afirmar-se que desde os tempos iniciais da expansão ultramarina existiram grupos familiares fidalgos que viveram longas trajetórias ultramarinas, assim articulando distintos pontos do Império entre si e entre esses com a metrópole, miscigenando-se pelo caminho com o oficialato da Coroa e até (embora talvez em épocas mais tardias) com a gente ligada à atividade mercantil. Mas se no século XVI e inícios do XVII pertenciam a uma fidalguia secundária, nos finais da centúria do Seiscentos e no século seguinte provinham já de linhagens socialmente bem mais qualificadas.

De qualquer modo, mesmo sendo os de Pernambuco e da Bahia de melhor origem, incorporaram pouca fidalguia de primeira nobreza, pelo que os dados globais concordam com a ideia conhecida da preferência que a fidalguia portuguesa tinha nessas épocas pela prestação de serviços em Marrocos e no Oriente, constituindo as margens atlânticas opções menos valorizadas, para não dizer mesmo tendencialmente rejeitadas.<sup>64</sup> Tal fato não é contraditado pela circunstância de alguns fidalgos de boa extração terem senhoresado capitânicas no Atlântico Sul, uma vez que

o exercício jurisdicional sobre esses espaços se fazia quase sempre por delegação em membros das respectivas clientelas, pautando-se, assim, a sua administração pelo absentismo dos titulares das donatarias.

Importa, contudo, esclarecer que o oficialato supramencionado se refere apenas a uma parte da administração periférica da Coroa, já que, por um lado, em finais do século XVI alguns desses cargos foram já outorgados (seja pela monarquia ou pelo governador-geral ou por capitães-mores de capitânicas) a residentes no Brasil em remuneração de serviços prestados nesse território<sup>65</sup> e, por outro, os cargos do governo e da administração local eram de eleição ou nomeação dos próprios colonos com designação de sujeitos selecionados de entre os residentes, pelo que não se enquadram na população migrante acima referida, que é feita a partir da caracterização social à data da saída da metrópole. Que se tenham depois transformado na nobreza da terra e nas elites sociais e econômicas do Brasil é já sabido,<sup>66</sup> mas não constitui matéria que aqui importe analisar.

É também sabida a relevância numérica dos degredados, pelo menos para a fase inicial, decorrente da pressão que a monarquia sentiu de povoar rapidamente o novo território. Assim, em 1535 transferiu o local de degredo de São Tomé para o Brasil<sup>67</sup> e, posteriormente, abundam as notícias da chegada de navios que transportavam um número apreciável de pessoas compelidas a passar o seu tempo de degredo no Brasil. Se Paulo Merea afirmou que os degredados não foram numericamente dominantes na colonização, Gonsalves de Mello explicou convincentemente que a pena de degredo atingia populações e crimes muito diversificados, não significando a preponderância dos “piores malfeitores, ladrões, assassinos, moedeiros falsos de Portugal”, concluindo, por isso, que

não se pense que com tantos delitos punidos com degredo para o Brasil tenha predominado aqui essa escória do reino. A colonização do Brasil — como salientou Gilberto Freyre — se fez muito heterogeneamente quanto a procedências étnicas e sociais. Não predomi-

esses espaços se fazia quase sempre por  
diversas clientelas, pautando-se, assim, a  
ação dos titulares das donatarias.

que o oficialato supramencionado se  
administração periférica da Coroa, já  
no século XVI alguns desses cargos foram  
atribuídos ou pelo governador-geral ou por  
agentes no Brasil em remuneração de  
55 e, por outro, os cargos do governo  
eram eleiçõs ou nomeaçõs dos próprios  
agentes selecionados de entre os residentes,  
população migrante acima referida, que  
se deslocava social à data da saída da metrópole.  
atribuído na nobreza da terra e nas elites  
de sabido,<sup>66</sup> mas não constitui matéria

numérica dos degredados, pelo menos  
a pressão que a monarquia sentiu de  
tório. Assim, em 1535 transferiu o  
para o Brasil<sup>67</sup> e, posteriormente, abun-  
dâncias que transportavam um número  
a passar o seu tempo de degredo no  
que os degredados não foram nume-  
zação, Gonsalves de Mello explicou  
degredo atingia populações e crimes  
quando a preponderância dos "piores  
moedeiros falsos de Portugal", con-

s delitos punidos com degredo para o  
que essa escória do reino. A colonização  
Gilberto Freyre — se fez muito hetero-  
gêneas étnicas e sociais. Não predomi-

navam nem morenos nem louros. Nem os moçárabes de Dabané,  
nem os aristocratas nórdicos, dolicolouros, de Oliveira Vianna. Nem  
criminosos nem fidalgos.<sup>68</sup>

E, com efeito, o índice dos processos do Santo Ofício depositados no  
Arquivo da Torre do Tombo com datas entre 1547 e 1620 revela a gran-  
de diversidade social e geográfica dos condenados a penas de degredo  
para o Brasil.<sup>69</sup>

Mas essa caracterização dos fluxos migratórios de partida da Penín-  
sula Ibérica oculta a percentagem de enraizamento. Reconhecendo a  
dificuldade de estabelecer números minimamente precisos em resultado  
da intensa mobilidade transatlântica desses grupos populacionais, al-  
guns autores estimaram que o regresso definitivo da América espanhola  
representaria os 10%, entre 1550 e 1650.<sup>70</sup>

No que respeita ao Brasil e face aos estimados 25 mil residentes  
brancos em 1585, tal implicaria, quando muito, uma média anual de  
enraizamento da ordem de 300 pessoas. Média que evidentemente  
oculta as discrepâncias temporais, uma vez que se admite que até a  
instituição do regime donatário os níveis de fixação de colonos fossem  
quase desprezíveis, o que empolara de forma relevante os valores mé-  
dios de fixação na restante parte da centúria do Quinhentos. Usando,  
porém, os valores médios para o conjunto do século, se obteria uma  
taxa de fixação de 38%, o que implica uma percentagem de retorno e  
de mortalidade elevadíssima (62%).<sup>71</sup>

Ora, seguindo ainda V.M. Godinho, o valor médio dos regressos  
para o conjunto do Império português no século XVI não ultrapassaria  
os 10%. No seu entender, que Russell-Wood acompanha, a mortalidade  
teria uma responsabilidade mais significativa, que se pode assim estimar  
na ordem dos 50%. Os naufrágios, a insalubridade do quotidiano nas  
embarcações e os ataques de corsários ou nativos se contariam entre  
as principais causas de morte.<sup>72</sup> Com efeito, há cálculos de perdas de  
navios para a Carreira da Índia entre 1497-1590 que oscilam entre os

10% e os 20%, dependendo de se contabilizarem as viagens isoladamente ou em ida e volta.<sup>73</sup> Percentuais muito altos, sobretudo quando comparados com os dos ingleses e holandeses no século XVII, que não ultrapassam os 3%-4%.<sup>74</sup> Claro que esses valores percentuais não equivalem a mortalidade, porque, por um lado, nem todas as perdas de navios redundavam em morte de todos os embarcados e, por outro, a morte por doença dizimava bastantes pessoas ao longo das viagens, como toda a literatura historiográfica concorda. Para mais, os valores apontados referem-se sobretudo à Carreira da Índia, pois o trajeto para o Brasil, sendo bastante mais curto, era, conseqüentemente, menos mortífero. Não é possível, porém, calcular valores mais precisos relativamente a esse fator de morte. E idêntica impossibilidade se aplica à mortalidade local. Presume-se que seja alta, já que relatos coevos noticiam constantes ataques indígenas aos novos povoados e dizimação de expedições ao interior e que a preferência pelo deslocamento de barco entre capitânicas também provocava baixas. São informações que é, todavia, necessário olhar com alguma prudência, em função dos objetivos precisos com que foram redigidos. De fato, muitas vezes, esses textos tinham como finalidade expressa a descrição de serviços para reivindicação de remunerações e essas seriam tanto mais elevadas quanto maiores fossem os riscos sofridos; ou então eram relatos de quadros da administração ultramarina que, assim, procuravam sensibilizar Lisboa para a necessidade de reforço de competências jurisdicionais, aumento de salários ou carência de oficialato. Exageravam, portanto. Talvez por isso a grande divergência entre os números de partidas e os de fixação definitiva deva ser complementada com a introdução de outros fatores, como a disseminação dos destinos entre partida e chegada à América e a própria mobilidade dos recém-chegados no interior do continente americano.

se contabilizarem as viagens isoladas, os valores percentuais muito altos, sobretudo quando os portugueses e holandeses no século XVII, que se sabe que esses valores percentuais não são, por um lado, nem todas as perdas de todos os embarcados e, por outro, nem tantas pessoas ao longo das viagens, são tão fáceis de concordar. Para mais, os valores são relativos à Carreira da Índia, pois o trajeto é muito curto, era, conseqüentemente, mais fácil de calcular valores mais precisos. E a mesma impossibilidade se aplica a viagens que seja alta, já que relatos coevos são mais genéricos aos novos povoados e dizimados, que a preferência pelo deslocamento não provocava baixas. São informações que devem ser tomadas com alguma prudência, em função de serem muitas vezes, mais redigidas. De fato, muitas vezes, há uma expressão a descrição de serviços e essas seriam tanto mais elevadas quanto os serviços; ou então eram relatos de que, assim, procuravam sensibilizar o conhecimento de competências jurisdicionais, e não o oficialato. Exageravam, portanto, a distância entre os números de partidas e a realidade, complementada com a introdução de uma diferenciação dos destinos entre partidas e a mobilidade dos recém-chegados no

### Mobilidade(s). Gentes desvairadas e fluidez das fronteiras

Com base na identificação dos 625 denunciados resultantes da visitação do Santo Ofício de 1593-95, Gonsalves de Mello apurou as respectivas moradas e origens geográficas (cf. Quadro 1), resultado claro de que se o ponto de origem predominante era o reino, os valores apontados descobrem uma grande mobilidade no interior do território do Brasil, bem como alguns números de saídas de outros territórios ultramarinos e ainda de outras paragens europeias.

Quadro 1  
Origem geográfica dos denunciados na visitação do Santo Ofício de 1593-95<sup>75</sup>

| Origem geográfica | Moradores na Bahia |       | Moradores em Pernambuco |       | Outras capitâneas |       | Total           |      |
|-------------------|--------------------|-------|-------------------------|-------|-------------------|-------|-----------------|------|
|                   | N <sup>os</sup>    | %     | N <sup>os</sup>         | %     | N <sup>os</sup>   | %     | N <sup>os</sup> | %    |
| Reino             | 170                | 27,2% | 174                     | 27,8% | 37                | 5,9%  | 381             | 61%  |
| Ultramar          | 19                 | 3,0%  | 21                      | 3,4%  | 6                 | 1,0%  | 46              | 7%   |
| Brasil            | 74                 | 11,8% | 59                      | 9,4%  | 20                | 3,2%  | 153             | 24%  |
| Outros            | 22                 | 3,5%  | 17                      | 2,7%  | 6                 | 1,0%  | 45              | 7%   |
| Total             | 285                | 45,6% | 271                     | 43,4% | 69                | 11,0% | 625             | 100% |

Em estudo mais recente, Daviken Studnicki-Gizbert contabilizou existirem cerca de 1.500 a 1.700 portugueses disseminados pelas Índias de Castela, no final do século XVI, e enumerou as urbes com *barrio de los portugueses*: Potosí, Cidade do México, Cartagena de Índias, Quito, Lima, Buenos Aires.<sup>76</sup> Considera o autor que era uma presença essencialmente estruturada em torno de atividades mercantis, mas que congregava comunidades com uma expressão numérica bastante significativa. O mesmo Studnicki-Gizbert registra ainda que em 1535, na ilha de São Domingos, residiam mais de 200; que em Lima constituíam o grupo mais numeroso de não castelhanos e que em Porto Rico ultrapassavam

os castelhanos aí residentes.<sup>77</sup> Em 1606, dos 51 nomes de estrangeiros listados no Rio da Prata, 20 eram portugueses e entre 1590 e 1610 teriam chegado a Tucumán e ao Rio da Prata 51 portugueses, enquanto em Córdoba o seu número ascendia a 89.<sup>78</sup> Já em 1640 há notícia de que haveria 60 portugueses em Potosí, dos quais 20 eram considerados muito abastados.<sup>79</sup>

Em excelente trabalho publicado nos inícios da década de 1960, já Lewis Hanke compilara numerosos casos dessa diáspora lusitana por terras da América espanhola, a partir de variados artigos e fontes manuscritas. Ora, se para Buenos Aires as evidências eram então já muito significativas, hoje estão cabalmente demonstradas em estudos sistemáticos.<sup>80</sup> Hanke alarga esse comentário para o Peru e São Domingos, apontando interessantes dados que sugerem uma grande diversidade de ocupações, para além do onipresente comércio e ainda o recurso às cartas de naturalização como forma de obviar às limitações legais contra não castelhanos<sup>81</sup> ou a plasticidade com que se disfarçavam de naturais pela fluência no idioma de Castela.<sup>82</sup> Constituem, pois, elementos que permitiram ao historiador norte-americano contrariar cabalmente a ideia então em curso de que a presença de lusos fora do espaço de ocupação portuguesa era inferior à dos castelhanos na América portuguesa.<sup>83</sup> A. M. Bernal, recuperando um parecer de 1518 dos funcionários régios nas Índias onde se dizia que “los portugueses eran los mejores ara poblar”, acentua esta dimensão, explicando-a ainda pela facilidade de integração que o frequente casamento de lusos com mulheres canarinas proporcionava à sua partida nas expedições castelhanas iniciais.<sup>84</sup> Com efeito, e independentemente dos objetivos quase sempre fortemente nacionalistas com que os estudos iniciais sobre a colonização do Novo Mundo foram elaborados, já então se havia demonstrado que os castelhanos tiveram uma participação importante nas entradas para o sertão brasileiro e na busca de ouro e minas<sup>85</sup> ou que, como textos mais recentes apontam, 60 vizinhos ‘espanhóis’ tinham residência conhecida em Belém, em 1620.<sup>86</sup> Ora se se compa-

606, dos 51 nomes de estrangeiros portugueses e entre 1590 e 1610 te- da Prata 51 portugueses, enquanto a a 89.<sup>78</sup> Já em 1640 há notícia de sí, dos quais 20 eram considerados

o nos inícios da década de 1960, já s casos dessa diáspora lusitana por tir de variados artigos e fontes ma- s as evidências eram então já muito te demonstradas em estudos siste- tário para o Peru e São Domingos, e sugerem uma grande diversidade esente comércio e ainda o recurso rma de obviar às limitações legais sticidade com que se disfarçavam ia de Castela.<sup>82</sup> Constituem, pois, riador norte-americano contrariar o de que a presença de lusos fora a era inferior à dos castelhanos na il, recuperando um parecer de 1518 onde se dizia que "los portugueses ntua esta dimensão, explicando-a que o frequente casamento de lusos nava à sua partida nas expedições e independentemente dos objetivos tas com que os estudos iniciais sobre ram elaborados, já então se havia veram uma participação importan- ileiro e na busca de ouro e minas<sup>85</sup> ; apontam, 60 vizinhos 'espanhóis' elém, em 1620.<sup>86</sup> Ora se se compa-

rarem estes valores com os dos portugueses à época fixados no Brasil, compreende-se quão escassa capacidade performativa detinham as fronteiras fixadas pelos tratados diplomáticos e quão pouco orientada superiormente era a prática migratória dos lusitanos e castelhanos, ou mais genericamente dos europeus.

Reforçando esta ideia, e como atrás já foi referido, as obras genealógicas relativas às famílias das principais capitânias demonstram o bom sucesso do enraizamento de não portugueses oriundos de diversas partes nesses territórios. Já se referiram os Holanda e Cavalcanti para Pernambuco, mas se poderiam acrescentar os Lins, Wanderley, Argolos ou Dórias ainda para Pernambuco e Bahia e os hispanos Godoy, Lara, Martins Bonilha, Bueno, Camargo ou Saavedra em São Paulo, para além do flamengo Cornélio de Arzão e o alemão Geraldo Betimk ou Betting.<sup>87</sup> São casos de integração com êxito que não esgotam as referências a não portugueses residentes, como ocorre com os Schetz, senhores de engenho flamengos em São Vicente, o mercador inglês John Withall,<sup>88</sup> das sesmarias concedidas no Rio de Janeiro a franceses que se desligaram do projeto de colonização de Villegagnon, como seria o caso de Martim Paris, dos senhores de engenho também franceses Toussaint Grugel e Claude Antoine Besançon,<sup>89</sup> das indicações relativas ao envio de mão de obra especializada nas artes mecânicas de origem alemã, holandesa e flamenga (metalurgia, mineração, farmácia, por exemplo), ou ainda de franceses convivendo com nativos e/ou portugueses, muito para além da perda da França Antártica, mas sobre cuja fixação é mais complicado seguir.<sup>90</sup> Sobre muitos deles as fontes não registam sombra de preconceitos ou conotações negativas. É, por exemplo, o caso de Gaspar Roiz de Cuevas, cirurgião da Misericórdia de Olinda na década de 1590 que era canarino.<sup>91</sup> Mais evidências da coexistência de distintas naturalidades podem ser ainda encontradas nos processos de inquisição (Quadro 2), não parecendo que as denúncias de que foram alvo tivessem diretamente que ver com a sua naturalidade, mas sim com heterodoxia religiosa.

Quadro 2  
 Não portugueses denunciados ao Santo Ofício

| Nome                                 | Naturalidade                       | Morada                    | Data                       | Cota                   |
|--------------------------------------|------------------------------------|---------------------------|----------------------------|------------------------|
| Giovanni des Boulez                  | França                             | Rio de Janeiro            | 15/11/1564                 | TT-TSO/<br>IL/28/5451  |
| Rafael Olivi                         | Florença                           | S. Jorge do Rio de Ilhéus | 10/2/1574                  | TT-TSO/<br>IL/28/1682  |
| Joannes Flamengo ou Anselmo Flamengo | Flandres                           | S. Cristóvão              | 10/1/1592 -<br>29/8/1602   | TT-TSO/<br>IL/28/8582  |
| Pêro Marinho de Lobeza               | Redondela, reino da Galiza         | Olinda                    | 21/1/1593 -<br>26/11/1594  | TT-TSO/<br>IL/28/12937 |
| António Trivisano                    | ilha de Candia, senhorio de Veneza | Olinda                    | 17/10/1594 -<br>23/10/1594 | TT-TSO/<br>IL/28/6351  |
| António Vilhete                      | Bruges, Flandres                   | Olinda                    | 08/7/1595 -<br>17/9/1595   | TT-TSO/<br>IL/28/6355  |
| João Pereira de Sousa                | Tui, Galiza                        | São Vicente               | 25/10/1600 -<br>4/8/1603   | TT-TSO/<br>IL/28/6093  |
| Cristóvão Rausch                     | Alta Alemanha                      | Pernambuco                | 27/2/1617 -<br>9/12/1619   | TT-TSO/<br>IL/28/5586  |

Fonte: TTONline (Arquivo da Torre do Tombo: <http://ttonline.iannt.pt/>)

Por outro lado, as ordens religiosas que se foram estabelecendo no Brasil eram instituições que pela sua própria natureza e modelos de organização incorporaram numerosos não portugueses, nomeadamente “espanhóis”, assim contribuindo para a importante presença da língua castelhana no território, mesmo antes da agregação de Portugal em 1580. E, de entre essas, cabe evidentemente destacar o papel da Companhia de Jesus e, para além do seu mais reputado membro no Brasil, o canarino José de Anchieta, também apontar nomes como os do navarro Juan de Azpilcueta Navarro ou do estremenho Antonio Blázquez, entre outros.<sup>92</sup>

**Quadro 2**  
**Relacionados ao Santo Ofício**

| Localidade                 | Data                       | Cota                   |
|----------------------------|----------------------------|------------------------|
| Rio de Janeiro             | 15/11/1564                 | TT-TSO/<br>IL/28/5451  |
| Alcobaça do Ilhéus         | 10/2/1574                  | TT-TSO/<br>IL/28/1682  |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 10/1/1592 -<br>29/8/1602   | TT-TSO/<br>IL/28/8582  |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 21/1/1593 -<br>26/11/1594  | TT-TSO/<br>IL/28/12937 |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 17/10/1594 -<br>23/10/1594 | TT-TSO/<br>IL/28/6351  |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 08/7/1595 -<br>17/9/1595   | TT-TSO/<br>IL/28/6355  |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 25/10/1600 -<br>4/8/1603   | TT-TSO/<br>IL/28/6093  |
| Alcobaça do Rio de Janeiro | 27/2/1617 -<br>9/12/1619   | TT-TSO/<br>IL/28/5586  |

Fonte: <http://ttonline.iannt.pt/>

regiões que se foram estabelecendo no seu próprio território e modelos de processos não portugueses, nomeadamente para a importante presença da língua portuguesa da agregação de Portugal em 1580. É importante destacar o papel da Companhia de Comércio do Brasil, o canarino e outros nomes como os do navarro Juan de Blázquez, entre outros.<sup>92</sup>

Mas as trajetórias de mobilidade não se esgotam na circulação entre espaços tutelados por distintas coroas europeias. Embora seja sobretudo conhecido, vale a pena recordar que os povoadores do Brasil se movimentavam com grande frequência pelo território, seja através de navegações pela costa, seja por via fluvial ou terrestre para entradas pelo sertão. Nesses casos não era quase nunca a intenção de se fixar que os colonizadores mobilizavam, embora se saiba bem a importância dos de São Vicente na colonização do Sul e do Rio de Janeiro ou dos da Bahia e de Pernambuco para as regiões a nordeste.<sup>93</sup> O que provocava esse incessante movimento era sobretudo a busca de recursos vários: riquezas minerais, resgate de nativos,<sup>94</sup> a mais das vezes. Mas também por motivo de defesa em incursões militares organizadas contra a ocupação estrangeira ou contra índios rebelados. O que importará por isso sublinhar é que também nessas circulações as fronteiras eram fluidas. Seja com as regiões sob domínio de Castela (como seria o caso do Paraguai ou Buenos Aires), seja entre capitánias.

O conjunto de dados apresentado não representa, por si, qualquer novidade, já que a historiografia tem vindo a demonstrar com bastante persuasão a enorme mobilidade que caracterizava os migrantes europeus no século XVI. De qualquer modo, é uma questão que, pelo feixe amplo de implicações que comporta, julgo merecer uma reflexão um pouco mais detalhada.

Antes de mais nada por sublinhar a importância da demarcação de conjunturas para a diferenciação dos fluxos e processos migratórios. Ou seja, e antes de tudo, diferenciar o período de descobrimento e ocupação inicial da fase seguinte determinada pela decisão política de controle efetivo do novo território, consubstanciada na criação do governo-geral e exploração econômica (seja agrícola, seja mineira) e ainda da agregação do reino de Portugal à monarquia hispânica.

Não há qualquer novidade em afirmar que essas conjunturas marcadas pela alteração de posicionamento de Lisboa, e depois de Madri, são fundamentais para a compreensão do perfil da imigração, já que as medidas esparsas e muito circunstanciais emitidas pela Coroa são

substituídas por comunicações regulares fruto de uma sociedade em organização que começa a adotar a complexidade e os ritmos dos modelos administrativos definidos pela metrópole. De qualquer modo, talvez seja o caso de matizar um pouco essa ruptura, pois a escassez de recursos disponíveis e disponibilizáveis da monarquia deixou ao longo de todo o período uma ampla margem de manobra e de espaço para a auto-organização das populações já instaladas. Dito de outro modo, e corroborando o que os estudos sobre as fases iniciais de diversas capitâneas têm demonstrado, a Coroa, para fazer prevalecer o seu objetivo fundamental, que era garantir os direitos sobre o território do Brasil na cena internacional, tinha de garantir a sua ocupação efetiva. Ora, essa ocupação efetiva estava sobretudo dependente da vontade de muitos de se transferir para esse novo espaço e, mais importante ainda, da decisão dessa gente de aí permanecer. As medidas compulsórias de envio de degredados ou oficialato nunca seriam suficientes sem uma disposição voluntária de outro tipo de colonos de explorar os recursos do Brasil. Para tal havia que lhes conceder uma ampla margem de liberdade e de vantagens. Liberdade de explorar recursos, fosse resgate de nativos, corte de pau-brasil, acesso à terra ou preeminências como os postos de governo do território e inerentes distinções sociais. No fundo, liberdade para se diferenciar socialmente em função da capacidade de acumulação de vantagens de vária ordem. Econômicas, certamente, mas também da capacidade para exercitar a coação política. Sobre esse ponto, a monarquia podia intervir, através da confirmação dos cargos. Não mais do que um pouco, todavia, já que a distância, a falta de meios e a dependência objetiva face aos que lá estavam lhe deixavam uma margem limitada de interferência. Nessa perspectiva, a concessão de distinções sociais aos primeiros povoadores, depois identificados como "conquistadores", representava uma dependência similar àquela que em séculos anteriores a monarquia reconhecera aos seus parceiros na conquista e subsequente organização territorial de Portugal.

regulares fruto de uma sociedade em otar a complexidade e os ritmos dos los pela metrópole. De qualquer modo, i pouco essa ruptura, pois a escassez de lizáveis da monarquia deixou ao longo margem de manobra e de espaço para a es já instaladas. Dito de outro modo, e sobre as fases iniciais de diversas capi-a, para fazer prevalecer o seu objetivo s direitos sobre o território do Brasil na antir a sua ocupação efetiva. Ora, essa do dependente da vontade de muitos de ço e, mais importante ainda, da decisão As medidas compulsórias de envio de seriam suficientes sem uma disposição onos de explorar os recursos do Brasil. uma ampla margem de liberdade e de rar recursos, fosse resgate de nativos, ca ou preeminências como os postos de distinções sociais. No fundo, liberdade m função da capacidade de acumulação onômicas, certamente, mas também da ão política. Sobre esse ponto, a monar-nfirmiação dos cargos. Não mais do que ância, a falta de meios e a dependência a lhe deixavam uma margem limitada tiva, a concessão de distinções sociais s identificados como "conquistadores", imilar àquela que em séculos anteriores is parceiros na conquista e subsequente gal.

### Promotores de mudanças: o período filipino

Relativamente ao período subsequente às décadas finais do século XVI, a historiografia genericamente sublinha a importância da existência de um rei comum para justificar o prolongamento desses "mundos misturados da monarquia católica".<sup>95</sup> Nos mundos atlânticos e não só. Seria então a convergência de interesses do todo hispânico e a necessidade de criar um bloco unido contra as cada vez mais agressivas políticas expansionistas de outras potências europeias que justificariam a permissividade das autoridades hispânicas face às circulações entre os espaços administrativamente separados dos reinos de Portugal e Castela. Se essa política parece ter sido perceptível no que respeita ao campo econômico, sobretudo face ao comércio e aos grupos mercantis,<sup>96</sup> o certo é que do ponto de vista administrativo as fronteiras entre os territórios não se diluíram, tendendo até a uma maior rigidez.<sup>97</sup> Para tal terá contribuído a Carta Patente de 1581, que demarcava claramente a autonomia jurisdicional da coroa de Portugal dentro da monarquia hispânica, o que explica a continuidade da exigência de passaportes ou de cartas de naturalização aos portugueses em Castela e na América 'espanhola'.

No campo econômico, porém, a situação colocava-se de forma um pouco diferente. Se a partir das décadas de 20 e 30, relativamente ao comércio e aos grupos mercantis, a situação das finanças da monarquia insistia na imbricação dos espaços econômicos ibéricos, atraindo grandes mercadores de Lisboa a Madri<sup>98</sup> e facilitava a obtenção de cartas de naturalização aos estrangeiros através da sua venda,<sup>99</sup> nas periferias da monarquia a situação era bastante distinta. Ou seja, a presença massiva de mercadores portugueses e de comunidades portuguesas nas Américas foi sendo olhada com suspeição crescente, suscitando ações de hostilidade e rejeição. É nesse contexto que vários autores têm entendido o já citado memorial de Lourenço de Mendonça e interpretado a ação das inquisições ibéricas no continente americano, e têm vindo a comprovar a existência de vários surtos persecutórios em distintas partes desse continente durante o período da chamada monarquia dual (Lima, Mé-

xico, Cartagena de Índias, Bahia, Pernambuco etc.). Se é verdade que essas perseguições incidiram prioritariamente sobre gente acusada de heterodoxia religiosa, os autores têm vindo a reforçar a ideia de que essa repressão também tinha por detrás conflituais estratégias econômicas entre grupos mercantis e elites locais, para não dizer mesmo intuitos de utilização do Santo Ofício em questões de natureza política alheias à sua jurisdição e a seus procedimentos ordinários.<sup>100</sup> Ou seja, pretendia-se evitar que a imbricação de livres interesses econômicos entre portugueses e holandeses, ou entre portugueses, castelhanos e holandeses, por exemplo, colocasse em risco o domínio ibérico sobre as conquistas face às crescentes avançadas neerlandesas, inglesas e francesas.

Nessa ótica, creio ser bem possível rever a imagem do período filipino como explicativa para a maior permissividade das circulações entre Impérios português e castelhano e apontá-lo antes como um dos primeiros momentos de confronto de interesses divergentes e contrapostos entre o centro e as periferias ultramarinas da monarquia hispânica, a propósito da liberdade de circulação e da mobilidade dos estrangeiros, muito particularmente dos portugueses. Instada pelas elites e autoridades das Américas, Madri foi legislando no sentido de cercear a mobilidade dos estrangeiros, o que acabou por desembocar em maior controle, fiscalização e punição dos desvios legais que a premência de ocupação do território tinha permitido anteriormente. O contexto era já outro, pelo que se impunha a alteração das práticas que, repita-se, se fazem sobretudo sentir a partir da década de 1620 e ainda mais da de 1630. Nessa perspectiva, a ruptura política do 1º de dezembro de 1640 daria significativa continuidade a essas políticas mais restritivas, consolidando em definitivo a emergente integração econômica dos Impérios ibéricos antes fomentada por Madri e tolerada sem maiores problemas pelas comunidades das Américas.

..., Pernambuco etc.). Se é verdade que prioritariamente sobre gente acusada de serem vindo a reforçar a ideia de que essas várias conflituais estratégias econômicas locais, para não dizer mesmo intuitos de decisões de natureza política alheias à sua rotina ordinários.<sup>100</sup> Ou seja, pretendia-se interesses econômicos entre portugueses, castelhanos e holandeses, por um mínimo ibérico sobre as conquistas face a essas, inglesas e francesas.

É possível rever a imagem do período filipino e apontá-lo antes como um dos primeiros interesses divergentes e contrapostos das amarras da monarquia hispânica, a circulação e da mobilidade dos estrangeiros, portugueses. Instada pelas elites e autoridades no sentido de cercear a mobilidade por desembocar em maior controle, leis legais que a premência de ocupação anteriormente. O contexto era já outro, das práticas que, repita-se, se fazem desde a década de 1620 e ainda mais da de 1630. A política do 1º de dezembro de 1640 daria políticas mais restritivas, consolidando a circulação econômica dos Impérios ibéricos liderada sem maiores problemas pelas

## Notas

1. Carlos Malheiro Dias, 1924.
2. Cf. o papel dos ilhéus, em particular dos madeirenses, nesse processo de cruzamentos atlânticos em Alberto Vieira, 2006, p. 73; Sobre a genérica circulação dos hispanos, ver Joaquim Romero Magalhães, 2004, p. 141-150.
3. Como exemplo, cf. David Armitage & Michael J. Braddick, 2002.
4. Uma boa síntese sobre esses desenvolvimentos em AAVV, 1999, p. 48-171; (Pieter C. Emmer & Willem W. Klooster, *The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire*, p. 48-69; Silvia Marzagalli, *The French Atlantic*, p. 70-83; Carla R. Phillips, *The Iberian Atlantic*, pp. 84-106; David Hancock, *The British Atlantic World: Coordination, Complexity, and The Emergence of an Atlantic Market Economy, 1651-1815*, p. 107-126; Deborah Gray White, *Yes, There is a Black Atlantic*, p. 127-140; David Eltis, *Atlantic History in Global Perspective*, pp. 141-161; e Alison Games, *Teaching Atlantic History*, p. 162-173). Mais recentemente houve uma outra mesa-redonda de balanço sobre o tema: cf. a Journée d'études organisée par Cécile Vidal le 24 mars 2006 à l'EHESS, Paris. *L'histoire atlantique de part et d'autre de l'Atlantique*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2008 [En línea], Posto em linha em 19 de setembro de 2008. Consultado em 15 de novembro de 2008 (Pieter Emmer, *The Myth of Early Globalisation: The Atlantic Economy, 1500-1800*; Gunvor Simonsen, *Moving in Circles: African and Black History in the Atlantic World*; Silvia Marzagalli, *L'histoire atlantique en Europe*; Simon P. Newman, *Making Sense of Atlantic World Histories: A British Perspective*; Bertrand van Ruymbeke, *L'histoire Atlantique aux États-Unis: la périphérie au centre* e Cécile Vidal, *La nouvelle histoire atlantique en France: Ignorance, réticence et reconnaissance tardive*). Acesso em: URL: <http://nuevomundo.revues.org/index30467.html#l-histoire-atlantique-de-part-et-d-autre-de-l-atlantique>. Consultado em 15 de novembro de 2008.
5. Pierre Chaunu, 1969.
6. James Lockhart & Stuart B. Schwartz, 1992; Leslie Bethell, 2004; Juan Carlos Garavaglia & Juan Marchena, 2005.
7. A.J.R. Russell-Wood, 1998.
8. Idem, p. 93-191.
9. Ana Maria Pereira Ferreira, 1995, p. 143.
10. Idem, p. 148.
11. Ibidem.
12. Herbert Ewaldo Wetzel, 1972; ou Tom Conley, 2000, 80:4, p. 753-781.

13. F. M. Esteves Pereira, 1923, p. 374-388; Ana Maria Pereira Ferreira, 1995, p. 211-214.
14. Cf. Oliveira Lima, 1924, p. 298.
15. Daviken Studnicki-Gizbert chega mesmo a afirmar: "The links of exchange that made up the frame and sinew of the overseas economy were being forged, not in the palaces of Madrid or Lisbon, but on the docks, in the trading houses and aboard the ships of the Atlantic". E conclui: "This was the other reality of the emerging Atlantic economy, an economy that was multinational, extensive, decentralised and growing." Daviken Studnicki-Gizbert, "Capital's Commonwealth: The world of Portugal's Atlantic merchants and the struggle over the nature of commerce in the Spanish Empire, 1498-1640", 2001, p. 16-17.
16. Lewis Hanke, 1961, pp. 1-48; e Daviken Studnicki-Gizbert, 2001, p. 62-64.
17. José Antonio Gonsalves de Mello, 1996.
18. Harold B. Johnson, 2004, p. 273.
19. A.J.R. Russell-Wood, 1998, p. 227.
20. Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva, 1992, p. 314-316.
21. A crer nos relatos coevos, a mortalidade elevada decorreria não tanto de problemas climáticos, agentes patológicos ou dificuldades alimentares, mas antes da regularidade dos recontros com as populações nativas ou corsários europeus.
22. A.J.R. Russell-Wood, 1998, p. 224-230.
23. Jordão de Freitas, 2004, p. 126.
24. Carlos Malheiro Dias, 1924, p. 252; Sérgio Buarque de Holanda, 2003, p. 120.
25. Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva, 1992, p. 127.
26. Sérgio Buarque de Holanda, 2003, p. 124; e Herbert Ewaldo Wetzel, 1972, p. 21 e 28.
27. António Baião & Carlos Malheiro Dias, 1924, p. 83.
28. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, 1980; e Luiz Gonzaga da Silva Leme, 2008.
29. Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, 1925-1926 (1935).
30. Pedro Calmon, 1985.
31. David Eltis, 2002, p. 151.
32. Vitorino Magalhães Godinho, 1978, p. 9.
33. Os cálculos de Russell-Wood não divergem muito desse número de Boxer. Propõe cerca de 2.258 partidas/ano entre 1415 e 1570, o que, para esses primeiros 80 anos, resultaria em aproximadamente 60 mil pessoas. Russell-Wood, 1998b, p. 230.
34. Carlos Martínez-Shaw, 1994, p. 49.
35. David Eltis, *Atlantic History in Global Perspective...*, p. 151.
36. Carlos Martínez-Shaw, 1994, p. 49.
37. Magnus Morner, 1995, p. 254.

74-388; Ana Maria Pereira Ferreira, 1995, p.

mesmo a afirmar: "The links of exchange that the overseas economy were being forged, not in the docks, in the trading houses and in the colonies. I conclude: "This was the other reality of the economy that was multinational, extensive, de-Studnicki-Gizbert, "Capital's Commonwealth: Merchants and the struggle over the nature of the economy 1498-1640", 2001, p. 16-17. Studnicki-Gizbert, 2001, p. 62-64. 1996.

7. Nizza da Silva, 1992, p. 314-316.

idade elevada decorreria não tanto de problemas ou dificuldades alimentares, mas antes da presença de populações nativas ou corsários europeus. 1-230.

2; Sérgio Buarque de Holanda, 2003, p. 120. Nizza da Silva, 1992, p. 127.

, p. 124; e Herbert Ewaldo Wetzell, 1972, p.

Dias, 1924, p. 83.

e, 1980; e Luiz Gonzaga da Silva Leme, 2008. Fonseca, 1925-1926 (1935).

8, p. 9.

vergem muito desse número de Boxer. Propõe-se para 1415 e 1570, o que, para esses primeiros 80 anos, envolveu em torno de 60 mil pessoas. Russell-Wood, 1998b,

Global Perspective..., p. 151.

).

38. José Antonio Gonsalves de Mello, 1996.
39. Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva, 1992, p. 313-327.
40. Rodrigo M. Ricupero, 2005, p. 118.
41. Carlos Martínez-Shaw, 1994, p. 58.
42. Idem, p. 67.
43. Idem, p. 68-72.
44. Idem, p. 80-81.
45. Idem, p. 91-92.
46. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, 1980; e Luiz Gonzaga da Silva Leme, 2008.
47. João Fragoso, 2000, p. 51-52.
48. Afonso de Escragnolle Taunay, 2003, p. 358-383.
49. Já o genealogista paulistano setecentista tivera essa percepção. Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, 1980, p. 113.
50. Para essa questão das políticas de dotes matrimoniais, cf. Muriel Nazzari, 1990, p. 639-665.
51. Cf. cartas de nomeação de ofícios transcritas em Carlos Malheiro Dias (dir. e coord. lit.), 1924, v. 3.
52. Francisco Fragoso, Manuel de Pina, Luís Aranha e Pero Fernandes Godinho filhados como moços de câmara; João de Herrera, filho de João de Herrera, acrescentado de moço de câmara a escudeiro-fidalgo e a cavaleiro-fidalgo; Manuel Ferreira, filho de Francisco Ferreira, natural do Porto, filhado como moço de câmara; Jerónimo de Gouveia, filho de António Lopes de Gouveia, natural de Lisboa, filhado como moço de câmara. Cf. edição de João Paulo Salvado & Susana Munch de Miranda, 2001, p. 52-53.
53. Apud Pedro Calmon, 1985, p. 5-6.
54. Evaldo Cabral de Mello, 1997, p. 176-193.
55. Rodrigo M. Ricupero, 2005, p. 187.
56. Pedro Calmon, 1985, p. 118 e 120.
57. Existe uma razoável unanimidade nesse modelo para distintas capitânias do Brasil, como se constata em João Fragoso, 2000; Regina Célia Gonçalves, 2007; ou em Rodrigo M. Ricupero, 2005.
58. A bibliografia é abundante, mas veja-se uma boa síntese no recente estudo de Regina Célia Gonçalves, 2007.
59. Cf. para esses grupos familiares Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, 1925-1926, v. 47, passim.
60. Cf. [http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/P%E1ginas/Pag\\_MatiasAlbuquerque/MatiasAlbuquerque6\\_Todo.htm](http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/P%E1ginas/Pag_MatiasAlbuquerque/MatiasAlbuquerque6_Todo.htm) para esquema genealógico.
61. Idem. Cf. para esquema genealógico.

62. A propósito de uma outra família pernambucana, os Holanda, ver Evaldo Cabral de Mello, 1997, p. 11.
63. Um mero exemplo a partir do caso Filipe de Moura, casado duas vezes com senhoras do tronco dos Albuquerque. Pelo segundo casamento foi genro de Filipe Cavalcanti e teve D. Francisco de Moura, que serviu em Flandres e na Índia, onde perdeu uma mão num combate perto de Malaca servindo com o capitão-mor Martim Afonso de Melo Coutinho (1597-1600); veio, depois, da Índia para o Brasil na armada do tio, o vice-rei Aires de Saldanha. Foi governador de Cabo Verde (1618-1622) e acudiu ao socorro da Bahia em 1624, servindo como capitão-mor da Bahia e do Recôncavo de 1625-1627 e foi nomeado capitão-mor num dos governos efêmeros sob o domínio dos holandeses. Foi capitão-general da cavalaria do Brasil e capitão-general do mar e terra do Brasil. (cf. Base de dados OPTIMA PARS e fontes nela apontadas).
64. João Fragoso, 2000; Mafalda Soares da Cunha, 2005, p. 69-92; Mafalda Soares da Cunha, 2009.
65. Rodrigo M. Ricupero, 2005, p. 48-87.
66. João Fragoso, 2000, p. 55-63; Regina Célia Gonçalves, 2007; Rodrigo M. Ricupero, 2005.
67. Paulo Merea, 1924, p. 176-177.
68. José Antonio Gonsalves de Mello, 1998.
69. Cf. <http://ttonline.iantt.pt/>.
70. Carlos Martínez-Shaw, 1994, p. 105.
71. Se se utilizarem os valores de Harold Johnson de 29.600, essa percentagem de fixação sobe para 45%.
72. Veja-se, a mero título de exemplo, o que, a propósito de Gabriel Soares de Sousa, Janaína Amado aponta: "In 1591, together with more than 360 settlers, he returned to Bahia, but he lost most of the passengers in a shipwreck." Janaína Amado, 80:4, 2000, p. 789, nota 13.
73. Cf. estado da arte sobre o corso e a Carreira da Índia em André Alexandre Martins Murteira, 2006, p. 4-14; e dados em António Lopes & Eduardo Frutuoso & Paulo Guinote, 1998, p. 437.
74. Agradeço essa informação a Francisco Contente Domingues.
75. José Antonio Gonsalves de Mello, 1996, p. 5-6.
76. Daviken Studnicki-Gizbert, 2001, p. 37-38.
77. Idem, p. 60.
78. Rodrigo Ceballos, 2008, p. 155 e 234 (essa última informação com base no estudo de Hector R. Lobos & Eduardo G. S. Gould, 1998).
79. Lewis Hanke, 1961, p. 23.
80. Cf. Rodrigo Ceballos, 2008.

mbucana, os Holanda, ver Evaldo Cabral

ipe de Moura, casado duas vezes com se-  
lo segundo casamento foi genro de Filipe  
ura, que serviu em Flandres e na Índia,  
erto de Malaca servindo com o capitão-  
iho (1597-1600); veio, depois, da Índia  
rei Aires de Saldanha. Foi governador de  
ocorro da Bahia em 1624, servindo como  
de 1625-1627 e foi nomeado capitão-mor  
ínio dos holandeses. Foi capitão-general  
al do mar e terra do Brasil. (cf. Base de  
ontadas).

a Cunha, 2005, p. 69-92; Mafalda Soares

ia Célia Gonçalves, 2007; Rodrigo M.

8.

Johnson de 29.600, essa percentagem de

e, a propósito de Gabriel Soares de Sousa,  
together with more than 360 settlers, he  
the passengers in a shipwreck." Janaína

eira da Índia em André Alexandre Martins  
António Lopes & Eduardo Frutuoso &

Contente Domingues.

6, p. 5-6.

7-38.

4 (essa última informação com base no  
G. S. Gould, 1998).

81. Lewis Hanke, 1961, p. 9 e 36; Rodrigo Ceballos, 2008, p. 155-156.

82. Cf. comunicação de Pedro Cardim, 2008.

83. Lewis Hanke, 1961, p. 2-3 e 5.

84. Antonio Miguel Bernal, 2005, p. 134.

85. Lewis Hanke, 1961, p. 4-5.

86. Serge Gruzinski, 2001, p. 177.

87. Para além dos genealogistas paulistanos ver Afonso de Escragnole Taunay, 2003, p. 370-376.

88. Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva, 1992, p. 322.

89. João Fragoso, 2000, p. 105, anexo 1; e Mauricio de Almeida Abreu, 2006.

90. Veja-se a excelente citação que Chaunu retirou de Gabriel Soares de Sousa: "Muitos casaram e morreram nessa terra sem querer voltar à França e viveram como índios com muitas mulheres. Com esses e com os que vinham todos os anos à Bahia e a Sergipe em barcos franceses, a terra se povoou de mestiços que nasceram, viveram e morreram como indígenas, muitos são hoje loiros, de pele branca e cheios de sardas, tidos por Tupinambás e mais bárbaros que eles", apud Pierre Chaunu, 1969, p. 108.

91. José Antonio Gonsalves de Mello, 1996, p. 24.

92. Eduardo Javier Alonso Romo, 2005, p. 491-510.

93. Cf. conceito de polos irradiadores de colonização. Antonio Carlos Robert Moraes, 2000, p. 309-323.

94. John Monteiro, 2005.

95. Serge Gruzinski, 2001; Joaquim Romero Magalhães, 2004.

96. Leonor Freire Costa, "O Império Português no tempo de Filipe III: espaços e grupos mercantis". In: José Martínez Millán & Maria Antonietta Visceglia (dirs.), *La corte de Filipe III y el gobierno de la Monarquía (1598-1621)*, v. III, Madri, Fundación Mapfre-Tavera/Instituto Universitario de la UAM: "La Corte en Europa (no prelo).

97. Mafalda Soares da Cunha, 2008, p. 883-899.

98. Leonor Freire Costa, 2008, p. 859-882.

99. Antonio Dominguez Ortiz, 1996; ver os impactos destas políticas sobre a práticas matrimoniais em José Manuel Díaz Blanco & Natalia Maillard Álvarez, 2008.

100. Bruno Guilherme Feitler, 2007, p. 269-291, especialmente p. 269-270. Ver os elucidativos estudos de caso tratados por Maria da Graça A. Mateus Ventura, 2006, p. 117-134 e Maria da Graça A. Mateus Ventura, 2009.

## Bibliografia

- ABREU, Mauricio de Almeida. "Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII", *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n.º. 218 (32). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>.
- AMADO, Janaína. "In 1591, together with more than 360 settlers, he returned to Bahia, but he lost most of the passengers in a shipwreck".
- . "Mythic Origins: Caramuru and the Founding of Brazil". In: *Hispanic American Historical Review*. 80:4, 2000, p. 789, nota 13.
- ARMITAGE, David e BRADDICK Michael J. (eds.) *The British Atlantic World, 1500-1800*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.
- BAIÃO, António & DIAS, Carlos Malheiro. "A expedição de Cristóvam Jaques". In: Dias, Carlos Malheiros (dir. e coord. lit.), *História da colonização portuguesa do Brasil*, segunda parte, vol. 3.
- BETHELL, Lesliel (org.). *História da América Latina, v. I, América Latina Colonial* (1997). São Paulo: Edusp, 2004.
- CALMON, Pedro. (Introd. e notas) *Catálogo genealógico das principais famílias de Frei Jaboaão*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2 v., 1985.
- CARAVAGLIA, Juan Carlos & MARCHENA Juan, *América Latina. De los orígenes a la independencia, v. I, América precolombina y la consolidación del espacio colonial*, Barcelona: Crítica, 2005.
- CARDIM, Pedro. "De la nación a la lealtad al rey. Lorenzo de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la Monarquía española de la década de 1630", *Simposio Internacional Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: la visión del outro*. Universidade de Huelva, Ayamonte, out. 2008.
- CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas portuguesas. A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, março de 2008, pp. 155 e 234.
- CHAUNU, Pierre, *A América e as Américas* (1964). Lisboa: Edições Cosmos, 1969.
- CONLEY, Tom. "Thevet Revisits Guanabara". In: *Hispanic American Historical Review*, 2000, 80:4, pp. 753-781.
- COSTA, Leonor Freire. "O Império Português no tempo de Filipe III: espaços e grupos mercantis". In: MILLÁN, José Martínez & VISCEGLIA, Maria Antonietta (dirs.). *La corte de Filipe III y el gobierno de la Monarquía (1598-1621)*, v. III. Madri: Fundación Mapfre-Tavera/Instituto Universitario de la UAM: "La Corte en Europa" (no prelo).

quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos dos XVI e XVII”, *Scripta Nova. Revista electales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1* (2). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/>

with more than 360 settlers, he returned to engers in a shipwreck”.

and the Founding of Brazil”. In: *Hispanic* 2000, p. 789, nota 13.

hael J. (eds.) *The British Atlantic World, 1500-*lan, 2002.

heiro. “A expedição de Cristóvam Jaques”. In: l. lit.), *História da colonização portuguesa do*

*mérica Latina, v. I, América Latina Colonial*

*atálogo genealógico das principais famílias de* iráfica da Bahia, 2 v., 1985.

HENA Juan, *América Latina. De los orígenes precolombina y la consolidación del espacio*

ltad al rey. Lorenço de Mendonça y el estatuto ía española de la década de 1630”, *Simposio*

*rigos en Iberoamérica: la visión del outro.* , out. 2008.

*guesas. A participação luso-brasileira na cons-* 180-c. 1650). Tese de doutorado, Universidade de 2008, pp. 155 e 234.

*éricas* (1964). Lisboa: Edições Cosmos, 1969. anabara”. In: *Hispanic American Historical*

rtuguês no tempo de Filipe III: espaços e gru- Martínez & VISCEGLIA, Maria Antonietta *obierno de la Monarquía (1598-1621)*, v. III. nstituto Universitario de la UAM: “La Corte

CUNHA, Mafalda Soares da. “O Império Português no tempo de Filipe III. Dinâmicas político-administrativas. In: MILLÁN, José Martínez & VISCEGLIA, Maria Antonietta (Dirs.). *La corte de Filipe III y el gobierno de la Monarquía (1598-1621)*, v. III, Madri, Fundación Mapfre-Tavera/Instituto Universitario de la UAM: “La Corte en Europa” (no prelo).

\_\_\_\_\_. “Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640”. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. “Governos e governantes do Império Português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

DÍAS BLANCO, José Manuel & MAILLARD ÁLVAREZ, Natalia. “Una Intimidad supeditada a la ley?”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios*, 2008, [En línea], Puesto en línea el 19 mars 2008 URL: <http://nuevomundo.revues.org/index28453.html>. Consulta em 2 de fevereiro de 2009.

DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.), *História da colonização portuguesa do Brasil*, 3 v. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. Los extranjeros en la vida española durante el siglo XVII y otros artículos. Sevilha: Diputación, D.L. 1996.

ELTIS, David. *Atlantic History in Global Perspective*, Itinerário, vol. 23, n. 2, 1999.

FERREIRA, Ana Maria Pereira. *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimónia, 1995.

FEITLER, Bruno Guilherme. “Usos políticos del Santo Ofício en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El período filipino”, *Hispania Sacra*, LIX, 119, enero-junio 2007, p. 269-291, especialmente pp. 269-270.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”, *Topoi*. Rio de Janeiro: v. 1, 2000. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a2.pdf>.

FREITAS, Jordão de. “A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533)”. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.). *História da colonização portuguesa do Brasil, Segunda parte: A colonização, vol. 3, A Idade Média brasileira (1521-1580)*. Porto: Litografia nacional, 1924.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. “Nobiliarquia pernambucana”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 47-48, 1925-1926 (1935).

GODINHO, Vitorino Magalhães. “L’emmigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, p. 9.

- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares. Política e economia na Capitania da Parayba — 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.
- GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da monarquia católica", *Topoi*, Rio de Janeiro, n.º 2, mar. 2001.
- HANKE, Lewis. The Portuguese in Spanish America, with special reference to the villa imperial de Potosí. *Revista de Historia de America*, México, n.º 51, jun. 1961, pp. 1-48.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira, tomo I, A época colonial, vol. 1, Do descobrimento à expansão territorial*, 13ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- JOHNSON, Harold B. "A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580". In: BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1997, vol. I.
- \_\_\_\_ & SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620*, v. VI. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova história da expansão portuguesa*, Lisboa: Estampa, 1992.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealogia*, 5ª ed., São Paulo: Itatiaia/USP, 3 v., 1980.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. Disponível em: <http://www.geocities.com/nestorsamelo/gp/genpaulistana.htm>. Acesso em 9 de dezembro de 2008.
- LIMA, Oliveira. "A Nova Lusitânea". In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.), *História da colonização portuguesa do Brasil. Segunda parte: A colonização, v. 3, A Idade Média brasileira (1521-1580)*. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- LOBOS, Hector R. & GOULD, Eduardo G. S. *El trasiego humano del viejo mundo. Cordoba siglos XVI e XVII*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1998.
- LOCKHART, James & SCHARTZ Stuart B. *América Latina en la Edad Moderna. Una historia de la América española e el Brasil coloniales* (1983). Madri: Ediciones Akal, 1992.
- LOPES, António & FRUTUOSO Eduardo & GUINOTE, Paulo. *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 437.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. "Andanças atlânticas em tempos hispânicos". In: *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI.XIX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- MARTÍNEZ-SHAW, Carlos. *La emigración española a América (1492-1824)*. Gijón: Archivo de Indianos, 1994.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio. O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

s e açúcares. Política e economia na Capitania Edusc, 2007.

iturados da monarquia católica”, *Topoi*, Rio de Spanish America, with special reference to the de *Historia de America*, México, nº 51, jun.

i. *História geral da civilização brasileira, tomo descobrimento à expansão territorial*, 13ª ed., Rio portuguesa do Brasil, 1500-1580”. In: BETHELL, *Latina*. São Paulo: EDUSP, 1997, vol. I.

za da. *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620*, QUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova história daampa*, 1992.

. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealogia*, v., 1980.

logia paulistana. Disponível em: <http://www.genealogia-paulistana.htm>. Acesso em 9 de dezembro de 2008.

. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.), *Historia do Brasil. Segunda parte: A colonização, v. I (1500-1580)*. Porto: Litografia Nacional, 1924.

ardo G. S. *El trasiego humano del viejo mundo*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1998.

Stuart B. *América Latina en la Edad Moderna. España y el Brasil coloniales* (1983). Madri: Ediciones

uardo & GUINOTE, Paulo. *Naufrágios e outras histórias dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do 50º Aniversário das Descobertas Portuguesas, 1998.

Andanças atlânticas em tempos hispânicos”. In: *América e o Brasil (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições

igración española a América (1492-1824). Gijón: Ediciones

io. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. “Duarte Coelho e a colonização de Pernambuco”, In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de março de 1935. Publicado em *Tempo de jornal*, 1998. Disponível em: [http://bvjagm.fgf.org.br/obra/artigos\\_imprensa.html#1940](http://bvjagm.fgf.org.br/obra/artigos_imprensa.html#1940). Cf. <http://ttonline.ianntt.pt/>

\_\_\_\_\_. *Gente da nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*, 2ª ed., Recife: Massangana, 1996 (1989).

MEREA, Paulo. “A solução tradicional da colonização do Brasil”. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.), *História da colonização portuguesa do Brasil, Segunda parte*, v. 3. Porto: Litografia Nacional, 1923.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTEIRO, John. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MURTEIRA, André Alexandre Martins. *A Carreira da Índia e o curso neerlandês 1595-1625*. Lisboa: FCSH/Universidade Nova de Lisboa, 2006.

NAZZARI, Muriel. “Parents and daughters: change in the practice of dowry in Sao Paulo (1600-1770)”. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. 70, nº. 4 (Nov., 1990), pp. 639-665.

PEREIRA, F.M. Esteves, “O descobrimento do rio da Prata”. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord. lit.), *História da colonização portuguesa do Brasil, Primeira parte: O descobrimento, vol. 2: A epopeia dos litorais*. Porto: Litografia Nacional, 1923.

RICUPERO, Rodrigo M. *Honras e mercês. Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ROMO, Eduardo Javier Alonso. “Português e castelhano no Brasil quinhentista. À volta dos jesuítas”. *Revista de Indias*, 2005, v. LXV, nº. 234, p. 491-510. Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/394/463>.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, (1992). Lisboa: Difel, 1998a.

\_\_\_\_\_. “Fluxos de emigração”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da expansão portuguesa*, v. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998b.

SALVADO, João Paulo e MIRANDA, Susana Munch de (eds.). *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*, v. 1. Lisboa: CNCDP, 2001.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. *Capital's Commonwealth: The world of Portugal's Atlantic merchants and the struggle over the nature of commerce in the Spanish Empire, 1498-1640*. Yale University, 2001, tese de doutoramento, mimeo, pp. 16-17.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros anos 1554-1601. São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. "Sob a memória e o esquecimento: a vida de um mercador português em Lima". In: VAINFAS, Ronaldo & SANTOS, Georgina Silva dos & NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói/Rio de Janeiro: Eduff, 2006.

\_\_\_\_\_. "Os Gramaxo. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias". Disponível em: [http://www.fl.ul.pt/unidades/sefarditas/textos/textos\\_3.htm](http://www.fl.ul.pt/unidades/sefarditas/textos/textos_3.htm), consultado em 16 de janeiro de 2009.

VIEIRA, Alberto. *As ilhas, as rotas oceânicas, os descobrimentos e o Brasil*, 2006, p. 73. Disponível em: <http://alb.alberto.googlepages.com/ilhas-Stacatarina.pdf>.

WETZEL, Herbert Ewaldo. *Mem de Sá, terceiro governador do Brasil (1557-1572)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1972.